

**SAMANTA DALIANA GOLIN**

**CAPITAL INTELECTUAL: TEORIA E EMPIRIA EM  
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR, como requisito para obtenção do título de especialista no curso de Pós – Graduação *Lato-Sensu* em Gestão de Negócios – turma 2010.

Orientador: Prof. Dr Vicente Pacheco

**CURITIBA**

**2011**

"Não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente, mas o que melhor se adapta às mudanças."

Charles Darwin

"Para companhias na cúspide da Era da Internet, o recurso em menor disponibilidade não é nem a matéria-prima nem o capital, tampouco tecnologia poderosa ou novos mercados. O que mantém os administradores insones nas companhias é a escassez de poder intelectual, o talento para dar asas às visões de um futuro que se torna presente à velocidade da luz."

Lynn

"Capital intelectual tem se tornado um dos centros das atenções de discussões e pesquisas significativas através do espectro das disciplinas no campo gerencial e além delas. Isso reflete o reconhecimento que o capital intelectual fornece uma fonte crucial de valor para o empreendimento comercial contemporâneo. Ele é um recurso que demanda um gerenciamento cuidadoso, para que seja possível atingir seu potencial máximo."

Pacheco

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por tudo que sou.

Ao Universo que conspira para que este momento aconteça.

À Universidade Federal do Paraná, aos professores da Pós-graduação em Gestão de Negócios de Ciências Sociais Aplicada, pela seriedade e competência que conduzem este programa de Pós-Graduação.

Ao departamento de Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR.

Ao Professor Doutor Vicente Pacheco pela orientação e incentivo a conclusão desta monografia.

Aos colegas de turma e as amigos que me apoiaram direta ou indiretamente e principalmente à amiga Carla Louzada Dornelles Pacheco, pela motivação e apoio para realização deste trabalho.

Aos meus antepassados que batalharam no passado permitindo a minha vida neste presente, e que causa de suas vidas e valores, hoje tenho um corpo, uma boa educação, cultura, e DNA saudável.

Ao meu esposo Carlos Gustavo pelo companheirismo e compreensão por este meu ideal.

Aos meus irmãos Marco Antonio, Thiago José, Sara Juliana e Maria Regina, pelo amor e força a todo momento.

Aos meus pais Modesto Golin e Divanir Dalla Costa pelo exemplo de dignidade passado para nós.

## RESUMO

Golin, Samanta D. Capital Intelectual: Teoria e empiria em micro e pequenas empresas. Tendo em vista que os Micros e Pequenos empresários são essenciais para nossa sociedade econômica por representarem mais de 50% na geração de empregos e arrecadamento de impostos, é de extrema importância que estes sejam assessorados pelos seus respectivos Contabilistas para garantir a sua saúde econômica e sobrevivência. A seguinte pesquisa bibliográfica traz o Contabilista como peça chave no gerenciamento das empresas, sendo ele o Capital Intelectual indispensável para o sucesso dessas empresas. O seguinte estudo também foca na necessidade do acompanhamento de um profissional (Goodwill) capaz de orientar os Micros e Pequenos empresários, na tomada de decisões. Profissionais que saibam mensurar os ativos intangíveis dentro das empresas e estejam atualizados em relação à legislação vigentes, e atentos as opções tributárias que possibilitem aos seus clientes o pagamento de menos impostos, favorecendo assim o crescimento da empresa.

**Palavras-chave:** micro e pequenas empresas, capital intelectual, goodwill, ativos intangíveis.

## ABSTRACT

Golin, Samanta D. Intellectual Capital: Theory and reality in micro and small enterprises. Considering that the Micro and Small business owners are vital to our economic society as they represent over 50% on generating jobs and tax-raising drive, it is extremely important that these are advised by their accountants to ensure their economic health and survival . The following bibliographic research brings the accounting as a key part in company management, being the intellectual capital essential to the success of these companies. The following study also focuses on the necessity of following a professional (goodwill) capable of guiding the Micro and Small business owners in making decisions, professionals who know how to measure intangible assets within firms updated in relation to current legislation, and are attentive to tributary options that enable their customers to pay less tax, thus encouraging the growth of the company.

**Keyword:** Micro and Small business, intellectual capital, goodwill, intangible assets.

## SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas e Siglas.....	9
1 INTRODUÇÃO .....	10
1.1 CONTEXTO .....	13
1.1.2 QUESTÃO DE PESQUISA. OBJETIVOS .....	13
1.1 HIPÓTESE GERAL .....	13
1.2 JUSTIFICATIVAS .....	14
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	15
2.1 A ORIGEM E A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE .....	15
2.1.2 As Partidas Dobradas .....	16
2.1.3 A Ciência Contábil.....	17
2.1.4 Objetivos da Contabilidade .....	17
2.1.5 Patrimônio, objeto da Contabilidade .....	19
2.1.6 Usuários da Contabilidade.....	20
2.2 SISTEMAS.....	21
2.2.1 Sistemas Abertos e Fechados .....	22
2.2.2 Sistema Empresa .....	22
2.3 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	23
2.3.1 Dado.....	23
2.3.2 Informação.....	24
2.3.3 Conhecimento.....	24
2.3.4 Sistemas de Informação .....	25
2.3.5 Sistema de Informação Contábil (SIC).....	26
2.3.6 Sistema de Informação Gerencial (SIG).....	28
2.3.7 Dimensões dos Sistemas de Informação.....	29
2.4 O PAPEL DA INFORMAÇÃO PARA A ESTRATÉGIA EMPRESARIAL.....	29
2.5 A EVIDENCIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	31
2.6 A TOMADA DE DECISÃO.....	34

2.7	AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE .....	35
2.7.1	Definição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.....	36
2.7.2	Tributos e Contribuições .....	38
2.8	A CONTABILIDADE NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	39
2.9	A NECESSIDADE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	40
2.10	O CONCEITO DE CAPITAL INTELECTUAL.....	41
2.10.1	Pensadores conceituais.....	41
2.10.1	Primeira corrente.....	41
2.10.2	Segunda corrente.....	42
3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INCLUÍDO CAPITAL INTELECTUAL: O QUE PODEM REVELAR? .....	44
3.1	ATIVOS INTANGÍVEIS .....	44
3.2	CAPITAL HUMANO.....	48
3.3	CAPITAL ESTRUTURAL .....	50
3.4	CAPITAL DO CLIENTE.....	50
3.5	GOODWILL .....	52
4	MODELOS DE MENSURAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL.....	57
4.1	INDICADORES DE AVALIAÇÃO CORPORATIVA.....	58
5	METODOLOGIA DE PESQUISA .....	62
5.1	TIPOS DE PESQUISA .....	62
5.2	MÉTODOS .....	64
5.2.1	Abordagem do problema .....	64
5.2.2	Quanto à abordagem do problema.....	64
5.2.3	Quanto aos procedimentos da pesquisa.....	65
6	CONCLUSÃO.....	66
	REFERÊNCIAS.....	68

## Lista de Abreviaturas e Siglas

<b>AICPA</b>	<i>American Institute of Certified Public Accountants</i>
<b>CI</b>	Capital Intelectual
<b>CIBC</b>	<i>Canadian Imperial Bank of Commerce</i>
<b>CFC</b>	Conselho Federal de Contabilidade
<b>CRH</b>	Contabilidade de Recursos Humanos
<b>EVA</b>	<b><i>Economic Value Added</i></b>
<b>FASB</b>	<b><i>Financial Accounting Standards Board</i></b>
<b>FMAC</b>	<b><i>Financial Accounting Committee</i></b>
<b>GAAP</b>	<b><i>Generally Accepted Accounting Principles</i></b>
<b>GC</b>	Gerenciamento de Conhecimento
<b>GCI</b>	Gerenciamento de Capital Intelectual
<b>IAS</b>	<b><i>International Accounting Standards</i></b>
<b>IVC</b>	Valor Intangível Calculado
<b>P&amp;D</b>	Processamento de Dados
<b>SEC</b>	<b><i>Securities and Exchange Comission</i></b>
<b>SGF</b>	Serviços de Departamento de Garantias e Finanças da Skandia
<b>SIC</b>	Sistema de Informações Contábeis
<b>SIG</b>	Sistema de informação Gerencial
<b>SMAC</b>	<i>Society of Management Accountants of Canada</i>
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Empresas de Pequeno Porte
<b>US-GAAP</b>	<b><i>United States – Principles Accounting Accepted Generally</i></b>



## 1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, muito se tem ouvido falar sobre a importância das Micro e Pequenas empresas, devido seu papel na sociedade, onde contribuem para o fortalecimento econômico e desenvolvimento social. Porém, a baixa taxa de sobrevivência das empresas deste porte preocupa algumas entidades públicas e privadas que buscam entender a problemática dessas empresas. Conhecer os fatores que influenciam para o sucesso ou insucesso das empresas tem sido alvo de muitos pesquisadores (GOLIN, 2008).

Dentre os fatores que influenciam no futuro da empresa está o aspecto gerencial, ou seja, o problema muitas vezes está na capacidade do empresário gerenciar a pequena empresa. De início parece uma tarefa fácil, porém, quando é chegada a hora de tomar decisões que influenciarão o futuro da empresa, é notada a grande responsabilidade que o empresário tem em mãos (GOLIN, 2008).

Aí é que entra a grande importância do Contabilista, e das informações repassadas pelo mesmo. As informações contábeis são de suma importância para a Administração de uma empresa, e tornam-se necessárias que os contadores, através do uso dos sistemas de informação existentes atualmente, repassem aos seus clientes informações concretas para auxiliar na tomada de decisões (GOLIN, 2008).

Com a evolução da economia mundial e a espantosa velocidade de troca informações, valores e conhecimento entre países, foi preciso uma profunda avaliação contábil-financeira do contínuo processo chamado "nova economia" (VIEGAS, 2009).

Para compreender esse processo torna-se necessário citar as evoluções oriundas da sociedade do conhecimento. Cujos recursos econômicos (*terra, capital e trabalho*) de outrora utilizados, nessa "nova economia", somam-se conhecimento. Conseqüentemente, alterando a estrutura econômica das nações e a forma de atribuir valor ao ser humano, possuidor do conhecimento (SCHMIDT & SANTOS, 2002).

Neste início de século, enquanto economistas, executivos e analistas de políticas econômicas debatem e questionam sobre o que é "novo" na chamada 'Nova Economia', uma das características desta torna-se cada vez mais evidente:

os fatores intangíveis estão tendo, progressivamente, papel dominante na geração de riqueza em âmbito empresarial. Este fato, portanto, constitui um relevante tema a ser considerado no campo da pesquisa, da avaliação e da gestão de negócios (PACHECO, 2005).

Lev (2001, p.5) acredita que os ativos intangíveis podem, sim, ser definidos, mas sua opinião coincide com a concepção adotada pelo Merriam em relação, ao fato de que eles não podem ser determinados com certeza ou precisão. Lev, por seu turno, apresenta uma outra definição, afirmando que “ativos [intangíveis] são reivindicações de benefícios futuros, tais como os aluguéis gerados por propriedade comercial, recebimento de juros derivados de uma aplicação e dos fluxos de caixa futuro a serem gerados pela produção” evidenciando, outrossim, que também têm uma corporificação física ou financeira mas possuem estas mesmas características. Ou seja, segundo ele, de forma resumida, ativos intangíveis são fontes não físicas de valor econômico geradas por: inovações; fluxos organizacionais; conhecimentos formalizados e práticas de recursos humanos que, potencialmente podem gerar benefícios futuros, adotando assim, um enfoque de “possibilidades” .

Iudícibus (2004, p.225), nesse sentido, refere-se aos ativos intangíveis também reconhecendo que eles não possuem existência física, acrescentando, contudo, que seu valor econômico é limitado pelos direitos e benefícios que, antecipadamente, sua posse confere ao proprietário, ou seja, concorda que geram benefícios futuros.

Alguns autores argumentam que um dos grandes problemas verificados em relação aos ativos intangíveis – objeto de análise no âmbito deste trabalho – é que a falta de diferenciação contábil entre eles e os ativos tangíveis prejudica os administradores e formuladores de políticas, quando estes se apóiam em demonstrações financeiras tradicionais baseadas apenas em ativos tangíveis para definir suas estratégias de enfrentamento de mercado e de desenvolvimento de suas atividades empresariais. Isto sugere a necessidade de busca de formas mais eficazes de mensuração, avaliação e informação (BASSI, 2000, p.6), que sejam capazes de mostrar este lado “invisível” (e valioso) das organizações, para que estas possam ser melhor conhecidas e avaliadas, tanto internamente, pelas suas

próprias administrações, como externamente, pelo mercado, particularmente pelos investidores.

Com a globalização da economia, a contabilidade internacional torna-se muito importante, dado que há maior demanda por informações, o que impõe mudanças na forma de mensuração do patrimônio das empresas (SCHERER, 2004).

Para alguns gestores, apesar dessa crescente importância dos fatores intangíveis, estes nada mais são que conceitos filosóficos intrigantes. Para outros, no entanto, eles já se tornaram força motriz e competência-chave efetiva para alcançar objetivos empresariais, integrar esforços administrativos, bem como para valorizar seus próprios ativos tangíveis, o que poderá ser visto neste trabalho (PACHECO, 2005).

Muitos pesquisadores têm realizado estudos sobre a formação do profissional contábil e os problemas que a envolvem buscando soluções que contribuam no desenvolvimento da profissão, entretanto, poucas são as pesquisas que analisam a opinião dos empresários, permitindo assim que eles expliquem sua posição.

Conhecendo a opinião dos empresários é possível ver onde o Contabilista está falhando, e o que ele deve mudar para que o empresário de hoje tenha maior capacidade para gerenciar uma empresa.

Muitos empresários consideram o Contabilista um "empregado do governo", que tem seu escritório apenas para gerar guias de impostos, e tirar o dinheiro ganho, através de muito esforço, dos contribuintes. No entanto, esta imagem está gravada, pois, infelizmente, existem muitos escritórios que fazem justamente só isso, deixando de auxiliar o cliente no entendimento das informações que podem ser vitais para a sua empresa.

## 1.1 CONTEXTO

A contabilidade é um instrumento de medição e avaliação do patrimônio e dos resultados auferidos pela entidade. O Contador deve transmitir às empresas informações de fácil entendimento que as auxilie na tomada de decisões.

Dada a importância de se administrar com sucesso o capital intelectual, a contabilidade também está sendo desafiada a desenvolver novas abordagens para mensuração de desempenho que capturem a qualidade do gerenciamento evidente no contexto do capital intelectual. Enquanto tais expectativas sobre a contabilidade sejam mais recentes que aquelas associadas com as discrepâncias entre valor de mercado e valor contábil, elas têm seus precursores nos pedidos para que a contabilidade forneça informações sobre outras bases contemporâneas, tais como valor agregado, qualidade, tempo, fidelização dos clientes, apelo do produto, etc... (ROSLENDER & FINCHAM, 2001).

### 1.1.2 QUESTÃO DE PESQUISA. OBJETIVOS

- Fazer um levantamento bibliográfico micro e pequenas empresas e dos sistemas de informação (Capital Intelectual);
- Análise da visão dos contabilistas sobre a problemática da mensuração, avaliação e divulgação dos ativos intangíveis das organizações;
- Fazer um estudo sobre as informações contábeis repassadas às MPE's pelos profissionais contábeis;
- Contribuir com sugestões de temas e problemas para que outros trabalhos possam aprofundar as questões relativas ao capital intelectual e micro e pequenas empresas.

### 1.1 HIPÓTESE GERAL

Sem a devida explicação do Contabilista, relativa às informações contábeis repassadas pelo mesmo, os micro e pequenos empresários não têm maiores conhecimentos da situação financeira da empresa, o que dificulta o gerenciamento da empresa, e a tomada de decisões.

## 1.2 JUSTIFICATIVAS

Este trabalho justifica-se pela preocupação de se manter micros e pequenas empresas no mercado.

O universo dos pequenos negócios pertence cada vez mais, aos empreendedores, ou seja, àqueles que identificam as melhores oportunidades.

Sendo assim este estudo será um desafio, aprendermos a delinear o Capital Intelectual. Há uma dificuldade em mensurar e avaliar o ativo intangível das organizações empresariais das micro e pequenas empresas.

Pretende-se o encaminhamento de sugestões no sentido do desenvolvimento do processo de treinamento e de capacitação profissional voltados à mensuração, avaliação e divulgação do capital intelectual de micros e pequenas empresas.

Do mesmo modo, pode-se considerar que a justificativa inicial deste trabalho foi atestada pela identificação da necessidade de quebra ou mudança de alguns elementos do paradigma tradicional que orienta a classe contábil em relação ao processo de contabilização dos ativos empresariais, atualmente centrados apenas no Capital físico-financeiro.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 A ORIGEM E A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

O surgimento da Contabilidade se deu devido à necessidade que as pessoas tinham de controlar seus gastos e seus bens. Buscava-se uma maneira fácil de aumentar suas posses. Com o aumento dos bens, torna-se necessário o controle dos mesmos, que seria impossível sem tais registros.

Para Iudícibus (1997:44), "a Contabilidade é tão remota quanto o homem que pensa, ou, melhor dizendo que conta. A necessidade de acompanhar a evolução dos patrimônios foi o grande motivo para seu desenvolvimento".

Iudícibus (1997), afirma que noção de conta e a Contabilidade são tão antigas quanto a origem do homem. Alguns historiadores mostram que a 4.000 ano a.C. existiram os primeiros sinais de contas.

Ainda segundo Iudícibus (1997:30),

é possível localizar os primeiros exemplos completos da Contabilidade, seguramente no quarto milênio antes de Cristo, entre a civilização sumério-babilônica. Mas é possível que algumas formas rudimentares de contagem de bens tenham sido realizadas bem antes disto, talvez por volta do sexto milênio antes de Cristo.

Devido à preocupação com seus bens o homem foi aprimorando seus instrumentos que avaliavam sua situação patrimonial conforme as atividades foram ficando mais complexas.

Para Iudícibus (1997), a Contabilidade permitiu que o homem colocasse ordem nos lugares aonde reinava o caos, pois, segundo ele, o "homem contador" põe ordem, classifica, agrega e inventaria o que o "homem produtor" no decorrer da sua produção vai poupando, e permite que o produtor melhore seu produto através do conhecimento sobre o que conseguiu até o momento.

Segundo Sá, (1997:16) os principais períodos da história da Contabilidade são:

- Intuitivo Primitivo: vivido na pré-história da humanidade, dedicado à memória rudimentar da riqueza;

- Racional Mnemônico: disciplina dos registros através do estabelecimento de métodos de organização da informação; iniciou-se cerca de 4.000 a.C.;
- Lógico Racional: desenvolvido na Idade Média, deu origem à Partida Dobrada, preocupando-se com a evidência da causa e efeito;
- Literatura: marcada pela produção de matéria escrita que ensinava como realizar os registros e demonstrações; iniciou a partir do século XI, tendo como berço o mundo islâmico;
- Pré-Científico: a grande busca de raciocínios ensejou a disciplina das contas. Este período iniciou-se a partir dos fins do século XVI e durou até o início do século XIX;
- Científico: aparição das primeiras obras científicas, estabelecimento das bases das escolas do pensamento contábil; iniciou-se o estudo dos fenômenos patrimoniais; vivido a partir das primeiras décadas do século XIX;
- Filosófico-Normativo: vivido a partir da década de 50 do século XX; destaca-se a preocupação em normalizar as informações.

Ainda para Sá (1997), muito se perdeu no tempo, basta tomar como base o ocorrido com a civilização Romana para que se tenha idéia da falta que fazem os elementos contábeis para um julgamento de maior solidez.

A Contabilidade continua evoluindo e trazendo cada vez mais novidade para o profissional, basta olhar para a revolução que ocorreu nos últimos 20 anos, e que continua ocorrendo, para ter uma idéia de quanto o serviço do contador ficou mais prático com a era da informática, permitindo assim que sobre mais tempo para o Contador prestar informações aos seus clientes.

### 2.1.2 As Partidas Dobradas

O sistema das partidas dobradas considera que cada débito corresponde a um crédito e vice-versa.

Existem muitas hipóteses quanto ao nascimento das partidas dobradas, mas o autor dela, por exemplo, não se conhece.

Segundo Sá (1997:35), a prova mais antiga de um registro em partida dobrada é de 1292, embora existam provas esparsas de que o processo já estivesse formado; antes predominava a partida simples, cujo mais antigo documento que se conhece é de um fragmento de escrita de banqueiros florentinos, de 1211.

Mas, ainda segundo Sá (1997),

o mais completo documento, todavia, em partida dobrada, é um Diário, iniciado em 1403, descoberto por Melis, que se encontra nos arquivos Datini, da cidade de Prato, na Toscana, Itália. Este foi o sustentáculo para que esse ilustre historiador da Contabilidade apresentasse sua tese que derrubaria a anterior sobre o nascimento da partida dobrada; ou seja, com seus esforços provou que a Toscana é a terra onde com maior probabilidade nasceu a partida dobrada.

Esse processo lógico de débito e crédito consolidou o progresso das escritas contábeis que são utilizadas até hoje, e que tem sua origem tão discutida.

### 2.1.3 A Ciência Contábil

A Contabilidade é uma ciência social que estuda, interpreta e registra os fenômenos contábeis. O objeto da Contabilidade é o Patrimônio da entidade, ela estuda-o do ponto de vista econômico e financeiro, permitindo que se tenha conhecimento detalhado sobre sua situação, e evolução.

### 2.1.4 Objetivos da Contabilidade

A Contabilidade como qualquer outra disciplina necessita estabelecer objetivos para que sejam traçadas as metas necessárias para a obtenção dos mesmos. O objetivo básico da Contabilidade é fornecer informações úteis e precisas aos usuários.

Iudícibus (1997:28) afirma que,

o objetivo principal da Contabilidade (e dos relatórios dela emanados) é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança.



Ainda sobre seu objetivo, o mesmo autor (1997:23) destaca que:

objetivo da Contabilidade é fornecer aos usuários, independente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários, ou a Contabilidade deveria ser capaz e responsável pela apresentação de cadastro de informações totalmente diferenciadas, para cada tipo de usuário.

Complementando, para Hendriksen (1999:104), “o objetivo da Contabilidade é fornecer um conjunto de relatórios financeiros para usuários indeterminados com relação à riqueza, ou relações econômicas da empresa.”

Na visão de Ludícibus (1997:92), a aplicação da Contabilidade em uma Entidade particularizada,

busca prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do Patrimônio da Entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios.

Para Ludícibus (1997), a função da Contabilidade, que é fornecer informação útil para a tomada de decisões, permanece inalterada através dos tempos. O dilema é: o que é considerado útil ou não para a tomada de decisões. E essa avaliação exigiria um estudo profundo de cada tomador de decisões que se utiliza de dados contábeis.

Seguindo o raciocínio de Ludícibus (1997:20), para analisar a utilidade de uma informação seria necessário:

- a) Estabelecer de forma clara qual a função-objetivo que se deseja maximizar;
- b) Coletar e avaliar o tipo de informação utilizada no passado para maximizar a função;
- c) Fornecer o modelo preditivo que irá suprir o modelo decisório para a maximização da função-objetivo.

Porém, estas tarefas nem sempre são fáceis, pois dependendo do usuário pode existir mais de uma função a ser maximizada. A meta que, por exemplo, um acionista minoritário gostaria de maximizar, não é a mesma da alta administração.

Além dessa questão, muitas vezes os usuários têm mais interesse nos fluxos de caixa ou renda futuros, do que em dados do passado, ou seja, para alguns empresários a informação só tem importância se puder ser utilizada para prever eventos futuros. Em vista disso o Contador deve estar atento à preferência do seu cliente questionando-o a respeito, para lhe passar dados úteis que irão auxiliá-lo na administração de sua empresa.

#### 2.1.5 Patrimônio, objeto da Contabilidade

Toda ciência tem um objeto, é em cima deste objeto que esta ciência irá estudar e determinar o seu campo de abrangência.

Segundo Iudícibus (1997:90):

Na Contabilidade, o objeto é sempre o Patrimônio de uma Entidade, definindo como um conjunto de bens, direitos e de obrigações para com terceiros, pertencente a uma pessoa física, a um conjunto de pessoas, como ocorre nas sociedades informais, ou a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza, independentemente da sua finalidade que pode, ou não, incluir o lucro.

O Patrimônio não é apenas objeto da Contabilidade, outras ciências sociais o estudam, como a Economia a Administração e o Direito. Porém estudam num ângulo diferente do estudado pela Contabilidade.

A Contabilidade estuda os aspectos qualitativos e quantitativos, e busca prever as possíveis mutações sofridas pelo Patrimônio.

Por aspecto qualitativo, segundo Iudícibus (1997:90), "entende-se a natureza dos elementos que o compõem, como (dinheiro, valores a receber ou a pagar expressos em moeda, máquinas, estoques de materiais, etc.)."

Já como aspecto quantitativo, Iudícibus (1997:90) “refere-se à expressão dos componentes patrimoniais em valores, o que demanda que a Contabilidade assumira posição sobre o que seja “valor”, porquanto os conceitos sobre a matéria são extremamente variados.”

O Patrimônio Líquido dá origem ao Patrimônio, de acordo com a seguinte equação:

$$(\text{Bens} + \text{Direitos}) - (\text{Obrigações}) = \text{Patrimônio Líquido}$$

Quando essa equação resulta em um fator negativo, é correto chamá-lo de “Passivo a descoberto”.

#### 2.1.6 Usuários da Contabilidade

Os usuários da Contabilidade são as pessoas que se interessam pela situação de uma empresa, e buscam respostas perante a Contabilidade. Esses usuários podem ser internos ou externos.

Segundo Iudícibus e Marion (2002, p. 54)

Para os usuários externos temos as tradicionais demonstrações contábeis como o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos ou, mais recentemente, Fluxo de Caixa e outras. Já os usuários internos à entidade, interessam, além das demonstrações citadas, como ponto de partida, também subsidiam os tomadores internos de decisões, outros tipos de relatórios que aliem conceitos e informações derivantes do sistema de Contabilidade Financeira (geral).

Os usuários internos podem ser os funcionários, gerentes, e mais freqüentemente a alta administração, que se utiliza dessas informações para analisar a situação da empresa e poder gerenciar os negócios com maior segurança e eficácia. O administrador da empresa pode solicitar ao Contador relatórios mais específico, que facilitem essa análise, e o auxilie no processo de gestão.

Já os usuários externos são pessoas que não tem facilidade de acesso às demonstrações contábeis, mas que recebem as mesmas através de publicações

pela entidade, esses usuários geralmente são instituições financeiras, concorrentes, clientes, fornecedores, investidores, e o próprio Governo.

Seus interesses gerais são:

- Instituições financeiras: conceder empréstimos, ou não;
- Concorrentes: Conhecer situação da empresa para poder atuar no mercado;
- Clientes: Verificar integridade da entidade;
- Fornecedores: Conceder ou não crédito, verificando valor e prazo possíveis;
- Investidores: Possibilidade de investimento em ações;
- Governo: verificar despesas e receitas para avaliar regularidade na tributação.

Sendo assim, é possível notar que a Contabilidade pode ser adaptada de acordo com a necessidade e interesse do usuário.

## 2.2 SISTEMAS

O conceito de sistema emana da Teoria Geral dos Sistemas, que, segundo explica Bertalanffy (1975, p.61):

Seu objeto é a formulação de princípios válidos para os 'sistemas' em geral, qualquer que seja a natureza dos elementos que os compõem e as relações ou 'forças' existentes entre eles. A teoria geral dos sistemas portanto é uma ciência geral da 'totalidade', que até agora era considerada um conceito vago, nebuloso e semimetafísico.

Segundo Bio (1985, p.18), "sistema é um conjunto de partes interagentes e interdependentes que, conjuntamente, forma um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função".

Pode-se entender que um sistema é um todo organizado, que processa recursos para a saída de produtos.

O sistema sempre é composto por elementos, que produzirão algo de acordo com sua função.

Segundo Padoveze (2000, p.27), "os elementos básicos que compõem um sistema são: objetivos do sistema, ambiente do sistema ou processamento, recursos ou as entradas do sistema, componentes do sistema, saída do sistema, administração ou controle e avaliação do sistema".

Com todos esses elementos básicos o sistema poderá receber os recursos dados a ele, e processá-los para obter o seu objetivo.

### 2.2.1 Sistemas Abertos e Fechados

Os sistemas são classificados em sistemas abertos e fechados. Os sistemas fechados não interagem com o ambiente externo; ao contrário dos sistemas abertos que faz trocas com o meio.

Um exemplo de um sistema fechado é uma máquina, que cumpre seu objetivo sem interagir com o meio ambiente. Já o corpo-humano é um sistema aberto, pois interage com o meio ambiente.

### 2.2.2 Sistema Empresa

A empresa é considerada um sistema aberto, pois ela interage com o meio e a sociedade onde está inserida, captando recursos brutos, processando-os e resultando em produtos e serviços necessários às pessoas que nela vivem.

Segundo Bio (1985, p.19),

os sistemas abertos envolvem a idéia de que determinados *inputs* são introduzidos no sistema e, processados, geram certos *outputs*. Com efeito, a empresa vale-se de recursos materiais, humanos e tecnológicos, de cujo processamento resultam bens ou serviços a serem fornecidos ao mercado.

CHIAVENATO (2000, p.49), sugere que:

(...) a empresa é visualizada como um sistema aberto em um dinâmico relacionamento com seu ambiente, recebendo vários insumos (entradas), transformando esses insumos de diversas maneiras (processamento ou conversão) e exportando os resultados na forma de produtos ou serviços (saídas).

Pelo fato de a empresa ser um sistema aberto, são muitas as informações que a empresa troca com o meio, e muitas as influências que ela exerce na sociedade.

## 2.3 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

É comum dizer que o sistema de informação tem como finalidade obter as informações certas para as pessoas certas, no momento certo. Esses sistemas de informação têm que fornecer informações úteis, e por isso é necessário o entendimento dos termos relacionados a ele.

### 2.3.1 Dado

Dados são informações extraídas a partir de um fato gerador por observação ou medição.

Segundo Turban, *et al.*, (2007, p 03),

Itens de dados se referem a uma descrição elementar de coisas, eventos, atividades e transações que são registrados, classificados e armazenados, mas não são organizados para transmitir qualquer significado específico. Os itens de dados podem ser números, letras, figuras, sons ou imagens.

Através da análise desses dados o usuário obtém informações que são transformadas em conhecimento a cerca de um assunto.

### 2.3.2 Informação

A informação é fundamental para qualquer pessoa e empresa, é a informação que permite o conhecimento a cerca de fatos que possam auxiliar o empreendedor na hora de sua tomada de decisão.

A informação, segundo Turban, *et al.*, (2007, p 03), "se refere a dados que foram organizados de modo a terem significado e valor para o receptor".

Segundo Catelli (2001),

A relação entre informação e decisão é estreita, visto que decisões são tomadas no presente sobre eventos que se concretizarão no futuro. O conceito de informação está vinculado a uma mudança de estado a respeito do evento. Assim, a informação configura-se como um conhecimento disponível, para uso imediato, que permite orientar a ação, antes cercada de incerteza, possibilitando sua condução a um nível de risco adequado.

Cabe à Informação propiciar o uso eficiente dos recursos disponíveis. Com a falta de uma informação de qualidade as decisões da empresa correm sérios riscos de não serem eficazes.

Um dos problemas enfrentados pelos empresários é a falta de informações úteis, às vezes eles têm informações em abundância, porém, nenhuma relevante à sua necessidade. Sendo assim, o Contador deve repassar a ele apenas informações significativas que possam lhe esclarecer dúvidas e auxiliá-lo nas decisões da empresa.

### 2.3.3 Conhecimento

O conhecimento é a utilização das informações obtidas através da organização de dados para obter entendimento sobre um determinado assunto.

### 2.3.4 Sistemas de Informação

Os Sistemas de Informação contém informações úteis e significativas para a organização que o utiliza; hoje eles são essenciais para a conduta dos negócios.

Utilizando os sistemas de informação as empresas esperam atingir alguns objetivos: excelência operacional; novos produtos, serviços e modelos de negócio; relacionamento mais estreito com clientes e fornecedores; melhor tomada de decisões; vantagem competitiva; e sobrevivência diária.

Segundo Laudon & Laudon, (2007, p. 9),

Um sistema de informação pode ser definido tecnicamente como um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam, processam, armazenam e distribuem informações destinadas a apoiar a tomada de decisões, a coordenação e o controle de uma organização. Além de dar apoio à tomada de decisões, à coordenação e ao controle, esses sistemas também auxiliam os gerentes e trabalhadores a analisar problemas, visualizar assuntos complexos e criar novos produtos.

São necessárias três atividades básicas em um sistema de informação para que a empresa obtenha a informação que necessita para tomar decisões, controlar operações, analisar problemas e criar novos produtos, segundo Laudon & Laudon, (2007, p. 9), são elas:

- Entrada: captura ou coleta dados brutos de dentro da organização ou de seu ambiente externo;
  - Processamento: converte esses dados brutos em uma forma mais significativa;
  - Saída: transfere as informações processadas às pessoas que as utilizarão ou às atividades nas quais elas serão empregadas.
- Os sistemas de informação também requerem um *feedback*, que é a saída que retorna a determinados membros da organização para ajuda-los a avaliar ou corrigir o estágio de entrada.



Dessa forma os dados podem ser utilizados pela empresa, pois estarão organizados de maneira que o usuário possa interpretar e ter resultados.

### 2.3.5 Sistema de Informação Contábil (SIC)

O Sistema de Informação Contábil (SIC) é o sistema que o Contador usa para realizar a contabilidade e gerar a informação contábil dentro da empresa. O SIC é encarregado de registrar todas as operações realizadas pela empresa, organizando-as de acordo com a necessidade dos usuários.

Segundo Facci e Moribe (2003, p.37):

O SIC possui aspectos que o diferencia dos demais sistemas de informação, por gerar informações em formatos direcionados pelas diretrizes contábeis, que contribuem de forma relevante para o Sistema de Informações Gerenciais (SIG), e conseqüentemente, para o processo decisório nas empresas.

O Sistema de Informação Contábil pode ser ligado com outros sistemas de informação, como, por exemplo, recursos humanos e produção, o que proporciona aos administradores uma visão ampla da situação da empresa.

Muller e Oliveira definem os objetivos do Sistema de Informação Contábil como:

a produção de informações destinadas a prover seus usuários com informações contábeis e análises de natureza econômica, financeira, física, de resultados, de desempenhos e de produtividade com relação à entidade, objeto de contabilização.

Riccio apud Padoveze (2004:146) conclui que:

Assim, com base nas diversas proposições examinadas, podemos resumir os objetivos de um Sistema de Informação Contábil como sendo: 1- Prover informações monetárias e não monetárias, destinadas às atividades e decisões dos níveis Operacional, Tático e Estratégico da empresa, e também para usuários externos à ela. 2- Constituir-se na peça fundamental do Sistema de informação Gerencial da Empresa.

Essa conclusão permite o entendimento dos objetivos e abrangência do sistema de informação contábil.

Segundo Iudícibus (2004) a função da contabilidade permanece praticamente inalterada através dos tempos, ou seja, quanto a prover informações úteis para a tomada de decisões econômicas.

Segundo esse autor a decisão sobre o que é útil ou não para a tomada de decisões econômicas é todavia, muito difícil de ser avaliada na prática e que deveríamos estabelecer claramente qual a função-objetivo que desejamos maximizar, coletar e avaliar o tipo de informação utilizada no passado para maximizar a função e prover o modelo preditivo que irá suprir o modelo decisório para a maximização da função-objetivo.

O quadro 1 apresenta os principais tipos de usuários de informações contábeis, na visão de Iudícibus, que alerta que pode não ser completa, mas auxilia no sentido de entender melhor as suas necessidades.

**QUADRO 1 – PRINCIPAIS TIPOS DE USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

Usuário da Informação Contábil	Meta que desejaria maximizar ou tipo de informação mais importante
• Acionista minoritário	Fluxo regular de dividendos.
• Acionista majoritário ou com grande participação	Fluxo de dividendos, valor de mercado da ação, lucro por ação.
• Acionista preferencial	Fluxo de dividendos mínimos ou fixos.
• Emprestadores em geral	Geração de fluxos de caixa futuros suficientes para receber de volta o capital mais os juros, com segurança.
• Entidades governamentais	Valor adicionado, produtividade, lucro tributável.
• Empregados em geral, como assalariados	Fluxos de caixa futuro capaz de assegurar bons aumentos ou manutenção de salários, com segurança líquidez.
• Média e alta administração	Retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido, situação de liquidez e endividamento confortáveis.

Fonte: IUDÍCIBUS (2004, P.23).

### 2.3.6 Sistema de Informação Gerencial (SIG)

O planejamento, controle e organização de uma empresa têm o sistema de informação gerencial como suporte, que fornece informações úteis e seguras em tempo hábil para tomada de decisão.

Segundo STAIR (1998, p.278), “o propósito básico de um SIG é ajudar a empresa a alcançar suas metas, fornecendo a seus gerentes detalhes sobre as operações regulares da organização, de forma que possam controlar, organizar e planejar com mais efetividade e com maior eficiência”.

Quando forem planejar o SIG, os executivos devem cuidar para inserir dados de origem interna e externa para que aja uma interação entre os meios, e assim a concretização do objetivo.

De acordo com BATISTA (2004, p. 22), sistema de informação gerencial:

É o conjunto de tecnologias que disponibilizam os meios necessários à operação do processamento dos dados disponíveis. É um sistema voltado para a coleta, armazenagem, recuperação e processamento de informações usadas ou desejadas por um ou mais executivos no desempenho de suas atividades. É o processo de transformação de dados em informações que são utilizadas na estrutura decisória da empresa proporcionam a sustentação administrativa para otimizar os resultados esperados.

O SIG recebe dados inseridos pela empresa, e os transforma em informações úteis aos empresários para que sejam tomadas decisões que assegurem o sucesso das estratégias de negócio.

Os sistemas de informações gerenciais podem trazer muitos benefícios para a empresa, tais como: redução dos custos nas operações, melhoria no acesso às informações, melhoria na produtividade, nos serviços realizados e oferecidos, maior agilidade na tomada de decisão, dentre outros.

### 2.3.7 Dimensões dos Sistemas de Informação

Um sistema de informação tem três dimensões, as organizações, as pessoas e a tecnologia da informação.

- Organizações:

A dimensão organizacional dos sistemas de informação refere-se a questões como hierarquia da organização, especializações funcionais, processos organizacionais, cultura e grupos internos de interesse.

- Pessoas:

A dimensão humana esta ligada a questões como treinamento, atitudes profissionais e comportamento da administração.

- Tecnologia

A dimensão tecnológica engloba hardware computacional, software e tecnologia de administração de dados, além de tecnologia de rede e telecomunicações.

Para a capacitação em sistemas de informação é necessário o entendimento dessas três dimensões.

## 2.4 O PAPEL DA INFORMAÇÃO PARA A ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

Diante da grande competitividade entre as empresas de todo o país, é necessário que cada empresa tenha uma estratégia, e para traçar a mesma, é de grande importância que o empresário esteja a par da realidade de sua empresa, e que tenham em mãos todas as informações possíveis que facilitem as suas decisões.

Para Chandler (1962), a estratégia consiste basicamente em determinar as metas e objetivos de um empreendimento a longo prazo, adotar cursos de ação e alocar recursos necessários para a concretização dessas metas.

Estabelecendo sua estratégia, e seguindo a risca os planos determinados, o empresário possivelmente obterá sucesso, basta ter cuidado com os empecilhos existentes na área empresarial.

Para o controle das operações empresariais as informações não podem ser falhas; a informação tem o desafio de tornar os gestores hábeis a alcançar as metas da organização através dos recursos disponíveis.

Sabe-se que a informação é oriunda da coleta de dados, os quais são organizados para que possam transmitir algum significado ao seu usuário de acordo com um contexto delimitado. De acordo com Beuren (2000, p.44),

isso implica na necessidade da delimitação inicial do problema, o que servirá de base para identificar as informações pertinentes a serem selecionadas, dentre as já disponíveis na empresa, ou, em não existindo, buscar dados em outras fontes, fora da organização, e transformá-los em informação útil para o contexto da definição da estratégia

Segundo Garrison (1988), a informação pode ser comparada a um motor, o qual move os gestores para o alcance de seus objetivos; se o fluxo de informações é interrompido os gestores ficam incapazes de fazer qualquer coisa.

Essas informações têm de ser relevantes, precisas, claras, consistentes, têm de ter qualidade, caso contrário, pode vir a prejudicar a tomada de decisão do gestor, o que é muito comum em inúmeras empresas. .

McGee e Prusak (1994, p. 23) afirmam que,

embora a informação seja um ativo que precisa ser administrado, da mesma forma que os outros tipos de ativo representados pelos seres humanos, capital, propriedades e bens materiais, ela representa uma classe particular dentre esses outros tipos de ativo. As diferenças decorrem do próprio potencial da informação assim como do desafio de administrá-la.

Quanto ao potencial da informação, depende de cada usuário, ela é completamente reutilizável, não se deteriora nem deprecia.

Como suporte para a definição da estratégia empresarial, segundo Beuren (2000, p.52) a informação pode ser utilizada para "remover ou criar barreiras à entrada de novos concorrentes, para diferenciar uma empresa das demais que atuam no mesmo segmento, para penetrar em economias diferenciadas, dentre outros fatores".

## 2.5 A EVIDENCIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Devido à globalização empresarial os empresários têm a necessidade de obter informações úteis e precisas em curto espaço de tempo. Isso tem alterado o perfil das informações contábeis, pois a busca maior é por informações que auxiliem nas estratégias de mercado. Em tese, a evidenciação contábil é a disponibilização e explicação de algumas informações que o Contador, ou a alta administração repassa aos usuários que necessitam dessa informação em determinado momento. Diante deste fato a Ciência Contábil tem se adaptado e evoluído significativamente, visto que é um instrumento necessário para o desenvolvimento das organizações.

Segundo Dias Filho (2000:40), "os limites da evidenciação devem ser determinados em função dos interesses e características dos usuários, considerando-se sempre os conceitos de materialidade e relevância".

Com os relatórios apresentados pelo Contador, o empresário ou outro usuário compreenderá as movimentações de qualquer empresa, pois tais relatórios reúnem informações clara, úteis e necessárias para se administrar com zelo uma empresa ou organização. Quando publicados, estes relatórios permitem ao público avaliar a situação da empresa, porém, por não estarem sujeitas a uma Lei que as obrigue a publicar seus demonstrativos, muitas empresas relutam em publicar suas informações, privando assim os usuários da avaliação sobre suas ações e resultados.

Segundo Iudícibus (2000:118), são vários os métodos de realizar a evidenciação contábil, ainda que tal evidenciação se refira a todo o quadro de demonstrações contábeis, ele cita seis desses métodos:

- I. Forma e apresentação das demonstrações contábeis: elaboração de demonstrativos claros; organizando-os de forma que facilite sua interpretabilidade ajudando a melhorar a evidência; devem ser usados termos simples e claros, evitando termos técnicos que podem confundir o usuário interessado;
- II. Informação entre parênteses: oferecem ao usuário informações curtas e objetivas; servem para esclarecimentos de títulos, ou para expor um critério de avaliação utilizado;
- III. Notas de rodapé (explicativas): este método é utilizado para evidenciar informações que não puderam ser apresentadas no corpo do demonstrativo;  
A Lei das Sociedades por Ações estabelece que as notas explicativas devem indicar pelo menos:
  - Os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente os estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos e dos ajustes para atender às perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
  - Os investimentos em outras sociedades, quando estes forem relevantes;
  - O aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações;
- IV. Quadros e demonstrativos complementares; são utilizados para apresentar detalhes de itens contidos nos demonstrativos tradicionais e que não seriam cabíveis no corpo destes;
- V. Comentários do auditor: é uma fonte adicional de evidenciação que oferece maior segurança ao usuário;
- VI. Relatório da diretoria: são informações de caráter não financeiro, como expectativas para o futuro, planos de crescimento, etc., porém deve ser utilizada sem se deixar levar pelo otimismo inconsequente.

Seguindo todos esses métodos, sem exagerar, e de forma correta, o Contador torna os Demonstrativos muito mais claros para seus usuários, facilitando assim sua interpretação e evitando questionamentos desnecessários.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 524), "devido às limitações de atenção e da capacidade de compreensão dos seres humanos, os dados contábeis precisam ser resumidos para terem significado e serem úteis". Os mesmos autores afirmam que "títulos e descrições apropriados dos itens contidos nas demonstrações podem ser esclarecedores para o leitor, mas termos obscuros só podem levar à confusão ou incompreensão".

Para Ludícibus (2000, p. 119),

no Brasil, tem-se a idéia de evidenciação como quase um sinônimo de notas explicativas e notas de rodapé, quando a evidenciação principal está contida nos próprios relatórios formais, existindo entretanto, várias outras formas de divulgar informações, e a escolha do método depende da natureza ou relevância das mesmas.

Ainda para Ludícibus (2004, p.131),

A evidenciação está intimamente ligada às necessidades informativas dos usuários, variáveis no tempo e no espaço. Certamente o investidor de hoje é muito mais exigente e sofisticado em termos de informação do que o de cinquenta anos atrás. O de amanhã será muito mais do que o de hoje. À medida que se aguçam os instrumentos de análise de investimentos e financeira em geral, o investidor toma suas decisões baseado na maior e melhor quantidade possível de informação. Daí o desafio da Contabilidade.

Com a evidenciação das demonstrações torna-se muito mais fácil para os empresários a tomada de decisão, e diminuem os riscos. Como disse Ludícibus, o investidor de hoje é muito exigente em termos de informação, e espera-se que o Contador cumpra com essas exigências para que ele faça uma boa administração da empresa.



## 2.6 A TOMADA DE DECISÃO

A tomada de decisão é um fator que pode definir a continuidade ou não da empresa, e de acordo com o SEBRAE, 7 em cada 10 empresas encerram suas atividades antes do quinto ano de constituição.

Os principais motivos para o fechamento das empresas, na opinião dos empresários, são:

- falta de demanda;
- crédito e capital de giro;
- problemas pessoais;
- inadimplência dos clientes;
- impostos e encargos tributários;
- problemas entre os sócios;
- concorrência;
- custos elevados;
- crises econômicas.

O SEBRAE conclui que essa taxa de mortalidade é devida a vários fatores, dentre eles, falta de conhecimento dos empresários quanto ao mercado, falta de visão quanto ao futuro, planejamentos improvisados, dificuldades financeiras, e descuido no gerenciamento do negócio.

A tomada de decisão consiste na escolha de uma ou mais alternativas para a resolução ou não de um problema, e a pequena empresa precisa dar mais valor à tomada de decisão, pois é dela que vai depender o futuro da empresa e das pessoas que estão ligadas à empresa.

Cada situação tem um grau de dificuldade, e exige uma análise diferente.

De acordo com Paiva (2002), são quatro os tipos principais de tomada de decisão:

- planejamento: tomar decisões sobre objetivos e recursos necessários para realizá-los;

- organização: tomar decisões sobre a divisão de responsabilidade e autoridade entre pessoas e sobre a divisão de recursos para realizar tarefas e objetivos;
- direção: decisões que acionam recursos, especialmente pessoas, para realizar tarefas e alcançar objetivos;
- controle: tomar decisões e agir para assegurar a realização dos objetivos.

As decisões podem ser tomadas individualmente, em grupo, ou com consulta a outras pessoas e informações.

Para Quelopana (2003, p.34),

o processo decisório pode ser visto como uma sequência de sensações, percepções e desejos, que deveria passar por uma ou mais decisões e prosseguir com a observação dos resultados das ações tomadas, numa ligação contínua com o próximo processo decisório, estágio em que nossa intuição estaria enriquecida com as experiências vivenciadas no processo decisório anterior.

Algumas decisões necessitam de análises detalhadas, se a decisão é muito importante e complexa, vale à pena fazer uma análise formal.

A administração de qualquer empresa está ligada à capacidade e habilidade de quem toma as decisões.

É necessário que as decisões sejam tomadas com base em dados confiáveis que indicarão a solução do problema em questão. Quanto mais precisas forem as informações que o gerente ou administrador tiverem acesso, mais rápido, e com menos risco, ele poderá encontrar a solução.

## 2.7 AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, têm tratamento diferenciado segundo a Lei 9.317 de 5 de dezembro de 1996.

Conforme o que está disposto em Lei e suas alterações posteriores, as ME's e EPP's têm tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos

administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício, e de desenvolvimento empresarial.

Esse tratamento especial visa facilitar a constituição e o funcionamento das ME's e EPP's, buscando assim seu fortalecimento no processo de desenvolvimento econômico e social.

A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estabelece normas gerais relativa ao tratamento diferenciado dispensado às ME's e EPP's no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios, sobre o que se refere:

- À apuração e recolhimento de impostos e contribuições mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;
- Ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;
- Ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

### 2.7.1 Definição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

Segundo a Lei Complementar nº 123, considera-se Microempresa a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que obtiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais); e Empresa de Pequeno Porte a que obtiver receita bruta anual superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Ainda de acordo com a Lei, considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os

descontos incondicionais concedidos.

No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite da receita bruta será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.

O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento não implica na alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

Nesse regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, não se inclui, a pessoa jurídica:

- de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de R\$ 2.400.000,00;
- cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de R\$ 2.400.000,00;
- cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de R\$ 2.400.000,00;
- constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

- resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- constituída sob a forma de sociedade por ações.

### 2.7.2 Tributos e Contribuições

Segundo o Capítulo IV da Lei Complementar, às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, fica instituído o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, o Simples Nacional.

Ainda de acordo com o Capítulo IV, o Simples Nacional implica no recolhimento mensal, através de um único documento de arrecadação, dos seguintes impostos:

- Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;
- Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, incidente na importação de bens e serviços;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, incidente na importação de bens e serviços;
- Contribuição para o PIS/Pasep, incidente na importação de bens e serviços;
- Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e, ceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dediquem às seguintes atividades de prestação de serviços: construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada; empresas montadoras de estandes para feiras;)
- Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

## 2.8 A CONTABILIDADE NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Sabe-se que as micro e pequenas empresas são muito importantes para economia do país, porém, o índice de falência e fechamento dessas empresas é muito alto devido à falta de planejamento e controle de suas finanças. Em vista disso, os contabilistas deviam orientar seus clientes com as informações pertinentes para a tomada de decisão, mas, infelizmente, isso quase nunca acontece.

O que acontece é que com a correria, tanto das empresas como dos escritórios, os empresários tem pouco contato com seu contabilista, e acaba havendo uma defasagem nas informações; com isso os pequenos empresários tomam suas decisões sem praticamente nenhuma base, o que oferece grande risco à empresa.

A Contabilidade Gerencial permite que esse cenário mude um pouco, e possibilita uma interpretação dos números através das suas ferramentas. Ela se difere da Contabilidade habitualmente usada pelas micro e pequenas empresas, que se preocupa mais com o fisco e as rotinas trabalhistas.

Segundo Iudícibus, (1998, 21):

A contabilidade gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços etc., colocados numa perspectiva de diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório.

Dessa forma, a Contabilidade vai além da impressão de documentos que sirvam como ferramentas estratégicas; ela passa a ser objeto para os usuários responsáveis pelas decisões.

Não é fundamental que o empresário da MPE tenha conhecimentos aprofundados sobre administração e contabilidade, basta que as práticas e teorias sejam adaptadas à sua empresa para que a Contabilidade seja a sua principal ferramenta estratégica.

## 2.9 A NECESSIDADE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A Contabilidade é um poderoso instrumento de gestão para as empresas, e auxilia na tomada de decisão fornecendo informações úteis aos seus usuários. É consensual entre os Contabilistas que a informação contábil é importante para a gestão de qualquer empresa, seja ela com ou sem fins lucrativos, pequenas ou grandes empresas. Porém, as micro e pequenas empresas, muitas vezes, acreditam que a Contabilidade não tem importância, ou não fazem uso dela adequadamente, deixando de aproveitar seus recursos disponíveis.

Os pequenos empresários estão tomando decisões a todo momento, e muitas delas importantíssimas para a sobrevivência da empresa. Com o uso da Contabilidade, e da informação gerada pela mesma, essas decisões tornar-se-iam mais fáceis e de risco menos elevado.

Muitas empresas têm falido antes dos dois anos de existência, e isso se dá a falta de informação e conhecimento sobre mercado, formação de preço, tributos e etc. Tudo isso poderia ser esclarecido com o Contabilista da empresa, porém há uma certa "rejeição" ao contabilista. Alguns pequenos empresários chegam ao ponto de imaginar que os contabilistas ganham um percentagem sobre o imposto cobrado deles, o que é um absurdo, e acontece por pura falta de conhecimento.

Sabe-se que a micro e pequena empresa tem importante papel no desenvolvimento econômico do país devido à geração de empregos e renda, então é de grande importância que elas sobrevivam às tormentas da economia. Com o auxílio do Contabilista, colaboração e noção do empresário as micro e pequenas empresas podem sobreviver e continuar gerando empregos e renda.

## 2.10 O CONCEITO DE CAPITAL INTELECTUAL

### 2.10.1 Pensadores conceituais

O termo “Capital Intelectual”, foi cunhado por Thomas Stewart (1994), em obra de mesmo nome. Por ser um tema que apresenta amplo interesse, e não apenas para as empresas de modo estrito, vários pesquisadores desenvolveram estudos abrangendo facetas diversas dessa problemática.

Coerentemente com os objetivos deste trabalho, um dos pensadores conceituais considerados foi Granstrand (1999, p.3) que afirma que uma nova ordem econômica, o capitalismo intelectual, emergiu à medida que duas principais correntes de eventos convergiram. São elas:

1. A transição para uma sociedade baseada principalmente em conhecimento científico e tecnológico, ou *sociedade da informação*;
2. O fortalecimento, de fato, dos sistemas econômicos capitalistas.

E isto significa, implicitamente, preocupações com a gestão da inovação tecnológica baseada em conhecimento e informação.

O capital Intelectual está dividido e duas correntes identificadas por Granstrand (1999).

#### 2.10.1 Primeira corrente

A primeira é demonstrada pela evidência de que pessoas passam uma crescente parcela de suas vidas em processo de formação e treinamento; cada vez mais produtos e serviços vêm agregados de conhecimento científico e tecnológico: empresas tem se tornado mais dependentes de competências de diversos tipos e sempre baseadas em conhecimento; investimentos têm sido direcionados para descobertas de intangíveis capitalizáveis, e assim por diante. Esta é uma transição gradual que vem ocorrendo por muitas décadas, mas tudo indica que a virada do milênio foi um ponto crítico para que o conhecimento e a demanda de informações se tornassem dominantes em diversas organizações.



"A transição para o conhecimento e valorização dos intangíveis não se deve ao acaso ou a alguma força externa, nem tão pouco a grandes eventos", afirma Granstrand (1999, p.1), mas em vez disso, é a consequência histórica do próprio processo de aprendizado cumulativo de gerações de indivíduos e da disposição dos pesquisadores, cientistas e estudiosos, que trabalham com finalidade de atenderem as demandas de mercado, de forma a permitir que as organizações continuem em sua busca de produtividade, qualidade e lucratividade. Naturalmente muitos fatores influenciaram este movimento coletivo de aprendizado, mas essencialmente, ele é irreversível enquanto resultado.

Granstrand (1999, p.3), a propósito, observa que uma parcela crescente da atividade econômica atual consiste na troca de conhecimentos, informações e serviços, e percebe-se que a lucratividade corporativa é impulsionada muito mais pelas capacidades organizacionais, pelas possibilidades de produção e de geração de idéias inovadoras, ou seja, pela conjugação de fatores intangíveis, do que pelo controle sobre recursos físicos.

Outra pesquisadora que trabalha em conformidade com esta corrente é Lynn (2000, p.3), quando afirma *"que é cada vez mais amplo o consenso sobre o que o conhecimento realmente significa, e muitos aceitam que o conhecimento aplicado é um fator competitivo fundamental e indispensável nos negócios hoje em dia"*. Sua acumulação, transformação e avaliação situam-se no cerne do gerenciamento do capital intelectual, constituindo uma das mais importantes ferramentas no campo da gestão dos negócios. Esta autora afirma também que o conhecimento possui propriedades que tornam difícil privatizá-lo e fazer transações com ele da mesma maneira que ocorre com os bens físicos. Não obstante conhecimento e informação tem sido historicamente sujeitos ao controle privado de variadas formas, com ou sem capitalismo, o que significa que podem ser trabalhados como um produto e ser valorizados como um elemento capitalizável.

#### 2.10.2 Segunda corrente

A segunda corrente de eventos mundiais apontada por Granstrand (1999) diz respeito ao fortalecimento de fato dos sistemas econômicos capitalistas, que foi rápido e surpreendente em anos recentes.

Para esse autor, apesar de várias profecias em contrário desejosas ou não, os sistemas econômicos capitalistas estão mais fortes do que nunca depois da ascensão pós-guerra das economias competitivas asiáticas, da queda da União Soviética e da ressurgência da economia norte-americana nos anos 80.

Segundo Sullivan (2000), a evolução e importância dos intangíveis para as organizações resultou no aprimoramento de técnicas e métodos para o gerenciamento de capital intelectual, que, sob a forma de disciplina, seguiu um padrão que é detectado em retrospectiva, ainda que para pessoas envolvidas no início não houvesse nenhum padrão distinguível naquele momento.

Ele indica três diferentes origens do que se tornou o movimento de gerenciamento de capital intelectual, a saber:

1. A primeira se deu no Japão, com o estudo desbravados de Hiroyuki Itami, que no início da década de 80, analisou o efeito dos ativos ocultos<sup>1</sup> sobre a administração das corporações japonesas;
2. A segunda foi o trabalho de um grupo de conomistas com variadas tendências, buscando uma visão diferente, que pode ser definida como Teoria da Empresa, o que trouxe contribuições de economistas como Penrose, Rumelt, Wemerfelt, entre outros,
3. Finalmente, a terceira foi a pesquisa que Sveiby realizou na Suécia e tratou da dimensão do capital intelectual; ao fazê-lo, forneceu uma rica visão da avaliação do empreendimento, baseada nas competências e conhecimentos de seus empregados.

---

<sup>1</sup> São ativos não registrados pela contabilidade

### 3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INCLUÍDO CAPITAL INTELECTUAL: O QUE PODEM REVELAR?

Já que o conhecimento é considerado um dos elementos essenciais nas atividades de uma organização, ele deveria ser controlado juntamente com os outros fatores de renda. A estrutura atual dos controles internos das empresas é derivada de estruturas existentes de controles que não consideram explicitamente o conhecimento como um fator de produção que deva ser controlado, e também não consideram explicitamente o conhecimento como um fator que contribui para um aumento de sucesso corporativo (PACHECO 2004).

Edvinsson & Malone (1997), além de endossar as conclusões da grande maioria dos pesquisadores desta área, também distinguem dois tipos de capital intelectual, que ficam sob a superfície visível dos empreendimentos (ou seja, edifícios, produtos, pessoas trabalhando, e semelhantes): o capital humano e o capital estrutural.

Eles entendem que há um estreito relacionamento entre essa classificação e suas noções de controle, quando afirmam que Capital Intelectual deve ser controlado, já que é utilizado para controlar os negócios, ou seja, tudo é controlado *por meio de* capital intelectual e que o controle do capital intelectual visa primariamente a transformação do capital humano em capital estrutural. Concluem os autores que o controle por meio de capital intelectual visa primariamente invocar um comportamento tal que a estratégia da organização seja formulada e implantada eficazmente.

#### 3.1 ATIVOS INTANGÍVEIS

Antunes (2000, p.74) observa que os ativos podem ser tangíveis ou intangíveis:

[...] os ativos intangíveis formam uma das áreas mais complexas da contabilidade, em parte em virtude das dificuldades de definição, mas por causa das incertezas a respeito da mensuração de seus valores e da estimação de suas vidas úteis.

Segundo Schmidt e Santos (2002, p.14), a palavra "intangível" vem do latim *tangere*, que significa "tocar". Portanto, os bens intangíveis são aqueles que não podem ser tocados, pois não possuem corpo físico – são incorpóreos.

Entretanto, Hendriksen e Van Breda (1999, p.388) consideram que:

[...] Diversos ativos são, estritamente falando, intangíveis. Além do conhecimento do goodwill, a lista inclui contas a receber, despesas pagas antecipadamente e ações e obrigações mantidas como aplicações financeiras. Nenhum desses exemplos, com a exceção do goodwill, porém, é o que os contadores normalmente chamam de ativos intangíveis. Os contadores têm procurado limitar a definição de intangíveis restringindo-a a ativos permanentes, ou seja, ativos não circulantes.

Segundo Schmidt e Santos (2002), o *Goodwill* é considerado o mais "intangível dos intangíveis".

Os ativos intangíveis, segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p.388), surgem quando ocorre o diferimento do desembolso com serviços. E o reconhecimento como despesa desse desembolso é postergado até o momento da realização da receita ao qual ele está vinculado.

Para Edvinsson e Malone (1998, p.22), "[...] os ativos intangíveis surgiram em resposta a um crescente reconhecimento de que fatores extracontábeis podem ter uma importante participação no valor real de uma empresa". Martins (2001) observa que o patrimônio contábil reflete a soma dos custos dos investimentos feitos por uma entidade, ao passo que o valor de uma empresa engloba o valor econômico dos investimentos feitos, e também uma parcela sinérgica entre eles.

Logo, o valor de uma empresa não é necessariamente aquele quantificado pelo seu patrimônio líquido, que, na verdade, quantifica o custo da empresa até determinada data.

Citando o professor Alfred Rappaport, Hendriksen e Van Breda (1999, p.388) expressam que o valor contábil do patrimônio dos acionistas está se distanciando do seu valor de mercado. Isso ocorre à medida que a sociedade se torna cada vez mais dependente da informação. Como consequência, os ativos intangíveis criam valor para as empresas. Como a contabilidade tem como um dos seus objetivos o fornecimento de informações confiáveis e úteis para tomada de decisões por parte de seus usuários, deve-se atentar para o fato de que não só o que é evidenciado na

contabilidade tradicional, mas também os ativos intangíveis representam parâmetros para a atribuição do valor de uma empresa. Isso, porque, em muitas situações, o valor contábil do patrimônio é divergente de seu valor no mercado.

Schmidt e Santos (2002, p.14) citam exemplos de ativos intangíveis:

- a) gastos com implantação e pré-operacionais;
- b) marcas e nomes de produtos;
- c) pesquisa e desenvolvimento;
- d) goodwill;
- e) direitos de autoria;
- f) patentes;
- g) franquias;
- h) desenvolvimento de software;
- i) licenças;
- j) matrizes de gravação;
- k) certos investimentos de longo prazo.

Em relação à amortização dos ativos intangíveis, Schmidt e Santos (2002) observam que o parágrafo 11 do SFAS 142 ( Statement of Financial Accounting Standard (Norma de Contabilidade Financeira) ( Financial Accounting Standards Board (FASB), órgão normatizador da contabilidade nos Estados Unidos), criado em 1973 advoga que a contabilização de um ativo intangível é baseada em sua vida útil, de forma que um ativo intangível com vida útil finita é amortizado, e um ativo intangível com vida útil indefinida não é amortizado.

Segundo Parra et al. (2005), pode-se definir o Capital Intelectual ou intangível como um conjunto de Ativos Intangíveis de uma organização que, apesar de não ser refletido nos estudos contábeis tradicionais, poderá haver uma projeção para gerar valores intangíveis no futuro. Isso leva a refletir que os investidores devem

desenvolver suas próprias expectativas na geração dos fluxos futuros de caixa devido à existência dos recursos intangíveis.

O **Quadro 2** dá alguns exemplos de Ativos Intangíveis.

QUADRO 2 ATIVOS INTANGÍVEIS	
<p><b>Ativos intangíveis relacionados a marketing e clientes:</b></p> <p>marcas registradas, nomes, logomarcas, bancos de dados de clientes...</p>	<p><b>Ativos intangíveis de direitos autorais:</b></p> <p>direitos exclusivos e proteções sobre trabalhos comerciais, intelectuais, artísticos...</p>
<p><b>Ativos intangíveis relacionados a engenharia e produção:</b></p> <p>desenho industrial, patentes de produtos, <i>know-how</i> técnico...</p>	<p><b>Ativos intangíveis contratuais:</b></p> <p>acordos de distribuição, direitos de licenciamento e franquia, licenças de operação, contratos de emprego...</p>
<p><b>Ativos intangíveis relacionados a recursos humanos:</b></p> <p>força de trabalho organizada e treinada, planos de cargos e salários...</p>	<p><b>Ativos intangíveis de localização:</b></p> <p>direitos de passagem, licenças, aluguéis, documentos e variância de zoneamento, direitos de utilização (ar, águas, perfurações, mineração...)</p>
<p><b>Ativos intangíveis relacionados a finanças:</b></p> <p>sistemas de planejamento e divulgação, relacionamentos com acionistas e com a comunidade financeira...</p>	<p><b>Ativos intangíveis de <i>goodwill</i></b></p> <p>existência de ativos prontos para utilização, marcas, prática profissional, celebridade ou reputação...</p>
<p><b>Ativos intangíveis relacionados a processamento de dados:</b></p> <p>softwares de sistema, aplicações de operação comercial, automação do escritório, treinamentos...</p>	

Fonte: REILLY & SCHWEIHS *Valuing Intangible Assets* (1999).

### 3.2 CAPITAL HUMANO

*"Pessoas não são ativos, os serviços que espera-se que as pessoas forneçam a uma organização representam os ativos". Janice/Ahmed Belkaoui.-*

Pesquisadores na área de Ciências Sociais, como os **Belkaoui e Flamholtz** concordam que os empregados se constituem no mais importante **ativo** de uma empresa. No entanto, o valor e as contribuições dos recursos humanos raramente são contabilizados e divulgados aos usuários de informações gerenciais. Conclui-se, portanto, que os usuários podem necessitar de informações adequadas sobre um ativo cujo registro vem sendo historicamente "negligenciado" pelas empresas — **o ativo humano**.

De acordo com Chiavenato (2002, p. 59), "as pessoas constituem o principal patrimônio das organizações". O Capital Humano das organizações é composto pelas pessoas, que vão desde o mais simples operário ao seu principal executivo. Esse capital passou a ser uma questão vital para o sucesso organizacional, sendo o referencial competitivo das organizações bem sucedidas. Em um mundo mutável e competitivo, em uma economia sem fronteiras, as organizações precisam preparar-se continuamente para os desafios da inovação e da concorrência.

Seguindo esta linha de raciocínio de Flamholtz, conclui-se que o critério essencial para a determinação "se um **gasto** é um **ativo** ou uma **despesa**" relaciona-se à noção de **potencial de serviço futuro**. Logo, gastos com recursos humanos, que são **sacrifícios** incorridos pela empresa na obtenção de serviços com o objetivo de derivar benefícios futuros, podem ser classificados como **ativos** ou como **despesas**. Esses gastos devem ser tratados como despesas nos períodos nos quais resultam benefícios. Se tais benefícios relacionam-se a um **tempo futuro** eles devem ser tratados como **ativos**.

Pacheco(1996)O conceito de **valor humano** pode ser derivado da teoria geral de valor econômico. Enquanto ativos físicos, pode-se atribuir valores a indivíduos, ou grupos de indivíduos, por causa de sua habilidade em prestar futuros serviços. Alinhado ao pensamento econômico que associa o **valor** de um objeto com sua habilidade em prestar **benefícios**, o valor do indivíduo ou grupo é comumente definido como o valor presente dos serviços prestados à organização através da vida útil esperada do indivíduo ou grupo.

Edvinsson e Malone (1998, p. 31) também discutem sobre o Capital Humano:

Toda capacidade, conhecimento, habilidade e experiência individuais dos empregados e gerentes estão incluídas no termo Capital Humano. Mas ele precisa ser maior do que simplesmente a soma dessas medidas, devendo, de preferência, captar igualmente a dinâmica de uma organização inteligente em um ambiente competitivo em mudanças.

A **Contabilidade de Recursos Humanos** é, pelo menos em parte, o reconhecimento que as especializações, experiência e conhecimentos que as pessoas possuem são ativos que podem ser denominados "**capital humano**". Esse conceito é a base da teoria econômica de capital humano. Citado Por Flamholtz, Theodore **Schultz**, que recebeu o Prêmio Nobel pelo seu trabalho nessa teoria, afirmou que "os trabalhadores tornaram-se capitalistas não pela difusão da propriedade de ações corporativas como o folclore pensaria, mas pela aquisição de conhecimentos e especializações que têm valor econômico".

**Teoria de Capital Humano.** O conceito econômico de capital humano diz respeito às implicações dos recursos direcionados ao desenvolvimento e orientação de indivíduos. É premissa da teoria de capital humano que os **gastos** com seres humanos constituem **investimentos** que produzirão rendimentos futuros como retorno. Isso responde a questões sobre taxas de retorno sobre o investimento, e a que partes tais retornos devem ser contabilizados (PACHECO, 1996).

A contabilidade de recursos humanos (CRH) foi definida pelo American Accounting Association's Committee on Human Resource Accounting como "o processo de identificar e medir dados sobre recursos humanos e comunicar essas informações às partes interessadas". Ela envolve a mensuração dos custos incorridos pelas empresas comerciais e outras organizações para recrutar, selecionar, contratar, treinar e desenvolver ativos humanos. Ela também envolve a mensuração do valor econômico das pessoas para as organizações. Em suma, ela envolve a contabilização de ativos humanos como recursos organizacionais, objetivando atender às necessidades gerenciais assim como financeiras da empresa.

A CRH representa o próximo passo lógico no desenvolvimento de conceitos e ferramentas para contribuir para o gerenciamento efetivo do ativo mais valioso de uma empresa — seu pessoal.



O Capital Humano das organizações pode ser entendido como toda capacidade, conhecimento, habilidade e experiência individual dos empregados e gerentes, incluindo a criatividade. É composto pelas pessoas, desde o mais simples operário ao seu principal executivo. Incluem também os valores, a cultura e a filosofia da empresa Edvinsson e Malone (1998). Crawford (1994, p. 17) "Capital Humano - que significa pessoas estudadas e especializadas - é o ponto central na transformação global".

### 3.3 CAPITAL ESTRUTURAL

Capital estrutural pode ser descrito como sendo o arcabouço, a infra-estrutura e o *empowerment* que apóiam o Capital Humano. O Capital Humano é que constrói o Capital Estrutural. Uma das responsabilidades da liderança consiste na transformação de Capital Humano em Capital Estrutural para aumentar o poder da organização, Edvinsson e Malone (1998, p. 10).

"Capital Estrutural" - pode-se considerar tudo que permanece no escritório quando os empregados vão para casa, ou seja, os equipamentos de informática, softwares, bancos de dados, patentes, dentre outros equipamentos de trabalho.

Ao contrário do Capital Humano, o Capital Estrutural pode ser possuído e, portanto, negociado. Porém, o Capital Estrutural, conforme Stewart (1998, p. 115), tem como objetivo "reunir, testar, organizar, refinar e distribuir o conhecimento existente de forma mais eficaz".

Para Brooking (1996) Ativos de infra-estrutura são tecnologias, metodologias e processos empregados como cultura, sistema de informação, métodos gerenciais, aceitação de riscos, banco de dados de clientes, etc. As demais obras referenciadas sobre o capital intelectual acabam, de forma geral, convergindo para os mesmos pontos.

### 3.4 CAPITAL DO CLIENTE

Saint-Onge somando-se a explanação de Stewart (1998) que as organizações conhecem seus clientes, porém os tratam como adversários e não como ativos. Toda empresa os possui como pode ser observado, por exemplo, o valor de

franquia, relacionamentos com os clientes, lealdade do cliente, marca de um novo produto que liga a disponibilidade do cliente em obter o mesmo que custe mais caro.

Neste cenário, o conhecimento é o mais importante valor de transação econômica, onde o compra-se e o vende-se, o tornando o principal diferencial do capital do cliente (STEWART, 1998).

De certa forma, as empresas tomaram conhecimento do valioso ativo que deveria mensurar e avaliar. Pode-se ver que os ativos intelectuais são responsáveis pelo sucesso de grandes empresas, conforme citação abaixo:

Em 1993, a Merck comprou a Medco. Na época, a Merck foi criticada por pagar demais pela Medco. Usando as técnicas de simulação altamente sofisticadas que a transformaram em uma celebridade entre os principais executivos financeiros, Judy Lewent da Merck calculava não apenas o custo da aquisição da Medco, Mas também o custo de sua não aquisição. Diz ela: "As pessoas nos perguntam por que estávamos comprando um braço de distribuição, já que a integração vertical nunca havia funcionado nesse negócio. Elas não perceberam o principal. Não estávamos comprando um sistema de distribuição, mas sim um banco de dados e uma capacidade de serviço ao cliente. Compramos seus ativos intangíveis" (...) "Não estávamos comprando um sistema de distribuição", isto é, não estávamos comprando **fluxo físico** – "mas um banco de dados e uma capacidade de serviço ao cliente" – isto é, comprando acesso ao **fluxo de informações**. Com isso, a Merck reconheceu que os ativos intangíveis que controlavam o mercado haviam mudado(...) auditores da Merck calcularam que quase a metade dos US\$ 6,6 bilhões que a Merck pagou pela Medco foram para compra de "relacionamentos com os cliente"(STEWART, 1998, p.131 E 132).

Observa-se que na crise da indústria farmacêutica sofrida pela Merck & CIA, no final da década de 80, levou-a identificar a essência do gerenciamento do capital intelectual e demonstrar que a *"informação é poder, o poder flui rio abaixo, na direção do cliente"*, conforme cita Stewart (1998). Ou seja, diante da reestruturação do setor farmacêutico, a empresa concentrou esforços para avaliar quem detinha a melhor *"canoas"* (informação) para fluir rio abaixo em direção ao cliente, que aqui pode ser traduzido em conhecimento, averiguado na empresa Medco a qual detinha informações chaves do setor. Por outro lado, a Merck conhecia de médicos, hospitais, atacadistas e farmácias e a Medco conhecia o cliente final: o paciente (STEWART, 1998).

Entretanto, é preciso entender que na economia do conhecimento, a informação mais valiosa do que nunca e, conjuntamente, os clientes tem mais informações do que tinham. Em outras palavras, focam-se as conexões entre o capital humano e o capital cliente em que o conhecimento pertence às pessoas

estabelecendo sinergia intelectual. Desta forma, passa-se a agregar valor, ou seja maximizar idéia ou conhecimento pelo menor custo e incorporar esse valor a margem de lucro da empresa. O poder da informação é tão grande que quem a tem em muitos casos controla o negócio (STEWART, 1998).

### 3.5 GOODWILL

Os ativos intangíveis são divididos em duas categorias:

- Ativos intangíveis identificáveis => marcas, patentes, pesquisa e desenvolvimento, direitos autorais, franquias, capital intelectual, entre outros;
- Ativos intangíveis não-identificáveis => goodwill.

O goodwill é, por essência, o ativo intangível não identificável, sendo ele considerado:

[...] a diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros, gerados pelos ativos da empresa e o valor dos custos dos elementos que propiciaram tal fluxo. Usualmente, as empresas não registram o goodwill devido às dificuldades quanto à questão da objetividade (ALMEIDA, 1997, p.77).

Iudícibus (2004, p. 226) relaciona três tratamentos dados ao *goodwill*:

Como excesso de preço pago pela compra de um empreendimento ou patrimônio sobre o valor de mercado de seus ativos líquidos; nas consolidações, como excesso de valor pago pela companhia-mãe por sua participação sobre os ativos líquidos da subsidiária; e como o valor atual dos lucros futuros esperados, descontados por seus custos de oportunidade.

Os dois primeiros tratamentos supracitados aplicam-se ao *goodwill* adquirido. Já o terceiro foi desenvolvido com o intuito de mensurar o *goodwill* criado e mantido pela empresa. A relatividade dos conceitos presentes nessa última abordagem, tais como o custo de oportunidade e o lucro futuro esperado vai de encontro à objetividade apregoada pela teoria contábil tradicional, impedindo sua evidenciação. Por isso, foi denominado de "*goodwill* subjetivo".

Pode-se dizer que o conceito correto do *goodwill* é a diferença entre o valor da empresa e o valor de mercado dos Ativos e Passivos.

A diferença entre o valor pago pela empresa e o valor contábil dos Ativos e Passivos é denominada contabilmente de Ágio e não como *goodwill*. Segundo Schmidt e Santos (2000, p. 56) "as principais normas contábeis referentes ao

assunto são a Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pelas Leis nº. 9.457, de 5 de maio de 1997, e nº. 10.303, de 31 de outubro de 2001, bem como as Instruções Normativas nº. 247/96 e nº. 285/98 da Comissão de Valores Mobiliários". Todavia, é de entendimento que o *goodwill* tem uma previsão de vida útil. Por efeitos econômicos, contratuais, pela obsolescência ou pela natureza do negócio, o *goodwill* desaparecerá ao longo dos anos do Ativo da empresa, sendo assim, faz-se necessário utilizar o método de amortização, ou seja, a transformação do Ativo que deixa de trazer benefícios futuros em despesa.

O *goodwill* objetivo é considerado também como *goodwill* adquirido. Para melhor entendimento, utilizar-se-á o exemplo da privatização do Banco Banestado – Banco do Estado do Paraná S/A, sob a luz do entendimento das normas brasileiras e das normas internacionais.

O texto a seguir esclarece a característica do *goodwill* objetivo ou adquirido.

O controle do Banco Banestado mudou de mãos, através de leilão, no ano de 2000, pelo significativo valor de R\$ 1,625 bi. Com um ágio de 302,81% sobre o preço mínimo, o Banco foi vendido para o Banco Itaú, que pagou R\$ 1,625 bi. Após a apresentação dos envelopes com Bradesco oferecendo R\$ 710 milhões, Unibanco, R\$ 1,251 bi, e Itaú, R\$ 1,515 bi, a disputa em viva voz demorou apenas 5 minutos, o Itaú saiu vencedor em seu segundo lance. Afirmou o diretor da área financeira do Itaú, Rodolfo Fischer "Demos o lance que considerávamos válido e que vai somar valor a nossa instituição" e afirmou também "Consideramos o Banestado estratégico" (<  
http://www.an.uol.com.br/2000/out/18/0eco.htm>).

No texto citado tem-se um exemplo de como a diferença entre o valor contábil e o valor de venda é tratado contabilmente no Brasil, que pode ser considerado ágio ou deságio, dependendo da situação. Sob a visão internacional, a diferença entre o valor contábil e o preço mínimo de leilão foi de R\$ 403 milhões (valor da empresa) *goodwill*.

Neiva (1999) enfatiza que os fatores ou condições que dão origem ao *goodwill* podem ser identificados, porém a avaliação desses fatores individuais é impraticável.

Abordar-se-ão, em seguida, os fatores geradores do *Goodwill*, muito embora um dos objetivos dessa dissertação seja tratar dos Ativos Humanos, considerado por alguns autores parte do *Goodwill*.

O termo "fundo de comércio" foi usado (e ainda o é), durante muito tempo, de forma errônea, como sinônimo de *goodwill*. Contudo, segundo Martins (1972), não

se pode considerar isso correto, uma vez que o goodwill não se caracteriza como um fundo.

Canning (apud SCHMIDT; SANTOS, 2002, p. 36) corrobora essa afirmação, explicitando que "contadores, escritores de Contabilidade, economistas, engenheiros e os tribunais, todos eles têm tentado definir *goodwill*, discutir a sua natureza e propor formas de mensurá-lo. A mais surpreendente característica dessa imensa quantidade de estudos é o número e variedade de desacordos alcançados".

Desde 1884 realizam-se estudos em relação ao *goodwill*, tentando achar uma definição plausível e no decorrer dos anos muitos autores somaram seus conhecimentos no intuito de definir o *goodwill*, mas isso não aconteceu até hoje. Essa situação ocorre porque o valor do *goodwill* está intimamente relacionado a outros intangíveis, existindo uma tênue linha que o separa dos outros intangíveis.

Segundo Catlett e Olson (apud SCHMIDT; SANTOS, 2002, p. 37), o *goodwill*, em seu entendimento mais amplo, pode ser definido de muitas formas. A primeira considera-o como um sentimento agradável: benevolente, amigável; já a segunda, relacionada ao comportamento de um comércio ou negócio, define-o como um benefício ou vantagem na maneira como se comporta um negócio adquirido, além do valor que ele seria vendido, devido à personalidade daquele que o conduz, à natureza da sua localização, se a sua reputação é habilidosa ou precisa ou qualquer outra circunstância incidental para o negócio que tende fazê-lo duradouro.

A terceira definição afirma que ele é o valor capitalizado do excesso de lucros futuros estimados de um negócio, acima da taxa de retorno de um capital considerado normal em uma atividade relacionada.

E, finalmente, a quarta considera-o como excesso de preço de compra de um negócio acima ou abaixo do valor, avaliando seus ativos líquidos, inclusive o *Goodwill*.

Iudicibus (2000, p.211) observa que o goodwill é um dos assuntos mais complexos em Contabilidade e corresponde ao:

[...] valor atual dos lucros futuros esperados, descontados por seus custos de oportunidade[originando-se] [...] de expectativas subjetivas sobre a rentabilidade futura do empreendimento acima de seu custo de oportunidade.

Justamente por esse caráter subjetivo, esse tipo de goodwill não é registrado pela contabilidade.

Ao citarem Paton e Paton, Schmidt e Santos (2002, p.44) observam que o goodwill subjetivo pode se originar da seguinte forma:

- Goodwill comercial => decorrente de serviços colaterais, como equipe amável de vencedores; entregas convenientes; facilidade de crédito; espaço físico apropriado para serviços de manutenção; tributo de qualidade do produto em relação ao preço; atitude e hábito do consumidor como fruto de nome comercial e marca tornados proeminentes em função da propaganda persistente; localização da entidade.
- Goodwill industrial => função de altos salários, baixa rotatividade de empregados, oportunidades internas satisfatórias para acesso às posições hierárquicas superiores, serviços médicos, sistema de segurança adequado, quando esses fatores contribuem para a boa imagem da entidade, e a redução do custo unitário da produção gerado pela força de trabalho que opera nessas condições.
- Goodwill financeiro => oriundo da atitude dos investidores, fontes de financiamento e de crédito em função de a entidade possuir sólida situação para cumprir suas obrigações e manutenção de sua imagem, ou, ainda, captar recursos financeiros que lhe permitam aquisições de matéria-prima ou mercadorias em melhores termos e preços.
- Goodwill político => é aquele que surge em decorrência de um bom relacionamento com o Governo.

Quando ocorre um processo de combinação de empresas, o goodwill gerado internamente (goodwill subjetivo) é finalmente reconhecido pela contabilidade,

e a quantificação de seu valor corresponde ao “[...] excesso de preço pago pela compra de um empreendimento ou patrimônio sobre o valor de mercado de seus ativos líquidos” (IUDÍCIBUS, 2000, p.211). Além disso, o goodwill também é reconhecido “[...] nas consolidações, como o excesso de valor pago pela companhia-mãe por sua participação sobre os ativos líquidos da subsidiária” (IUDÍCIBUS, 2000, p.211).

Segundo Schmidt e Santos (2002, p.19), o parágrafo 10 do SFAS 142 determina que os ativo intangíveis desenvolvidos internamente (inclusive o goodwill) não são capitalizados, e sim reconhecidos como despesas quando incorridos nas situações em que não sejam especificamente identificáveis, que apresentem vida útil indeterminada ou, ainda, que aumentem de valor com a continuidade do negócio.

Para finalizar, apresenta-se a seguinte passagem, extraída de Martins (2001, p.131):

Quanto ao goodwill, destacamos a falta de consenso sobre os aspectos a ele relacionados (natureza, mensuração etc.). Assumimos [...] que ele representa um resíduo de valor não identificável. [...] Sempre que tal individualização e a capacidade de realização desvinculada da empresa forem possíveis, um novo item deve ser inserido no patrimônio, deixando de integrar o goodwill [...] que [...] englobará uma quantidade maior ou menor de resíduos, dependendo da qualidade do esforço dedicado à tarefa de identificar os itens patrimoniais da empresa. Quanto mais rigorosa for a busca do valor econômico, menor será a quantidade de ingredientes incluídos no goodwill.

Assim, o goodwill representa um resíduo (MARTINS, 2001) e sempre existirá sob a visão sinérgica (ANTUNES,2000). Deve-se observar que o goodwill ajuda a gerar valor para a empresa.

#### **4 MODELOS DE MENSURAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL**

A mensuração do Ativo Intelectual não é fácil de realização, em face da subjetividade inserida no potencial das pessoas, clientes, tecnologia, criatividade e outros fatores subjetivos.

O precursor de todos os modelos de mensuração do denominado Capital Intelectual e gestão do conhecimento foi a Skandia em 1994, mas logo em seguida outros autores contribuíram significativamente, o que até o momento tem servido de base para diversas organizações na hora de mensurar seu Capital Intelectual.

Para Nuñez (2005), Skandia chegou a estabelecer a qualidade da gerência e do nível da motivação dos trabalhadores em relação aos objetivos formulados e aos alvos estratégicos, sendo estes o índice de trabalhadores autorizados. Para a implantação dos indicadores, a Skandia contratou os serviços externos do instituto sueco de investigação da opinião pública, que fez o exame aos trabalhadores. Os fatores estudados foram os seguintes: a) motivação; b) sustentação dentro da organização; c) responsabilidade e autoridade para agir, e d) competição.

Nuñez (2005) esclarece ainda a existência de um outro modelo, chamado de linha central estratégica da companhia, em que relata que a competição está composta de três elementos essenciais: os de origem tecnológica, os de origem organizacional e os de caráter social, sendo que esse inclui atitudes e aptidões, assim como as habilidades dos membros da organização.

#### **ANO MODELOS DE MENSURAÇÃO EXISTENTES DO CAPITAL INTELECTUAL**

- 1992-1996    Navegador Skandia (Edvinsson)
- 1996    Balanced Business Scorecard (Kaplan e Norton)
- 1996    Technology Broker (Brooking)
- 1996    Universidad de West Ontario (Bontis)
- 1997    Intellectual Assests Monitor (Sveiby)
- 1998    Modelo Intelect (Euroforum)
- 1998    Capital Intelectual (Drogonetti y Roos)
- 1998    Modelo de Dirección Estratégica por Competencias: El Capital Intangible (Bueno)



1999 Modelo Nova (Club de Gestión del Conocimiento de la Comunidad Valenciana)

### **MODELO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO**

1995 Processo de criação do conhecimento (Nonaka, Takeuchi)

1998 Modelo de Gestão do conhecimento de KPMG Consultoria (Tejedor y Aguirre)

1999 Modelo Andersen (Andersen)

### **Quadro 4 - Cronologia dos modelos de mensuração do Capital Intelectual**

Fonte: Fundación Iberoamericana Del Conocimiento, 2005, (adaptado).

## **4.1 INDICADORES DE AVALIAÇÃO CORPORATIVA**

Segundo Dzinkowski (2000), a necessidade de se fazer comparações entre o valor do capital intelectual entre empresas, levou ao desenvolvimento de três indicadores amplos, utilizados em demonstrações financeiras auditadas e, independentes, de quais definições de capital intelectual são adotadas pela empresa. São eles:

- A) Valor de mercado das ações
- B) "q" de Tobin
- C) Valor intangível calculado (VIC).

**A) Valor de mercado das ações:** O indicador mais amplamente conhecido do capital intelectual é o valor de mercado das ações. A discussão, segundo Dzinkowski (2000) é que o valor do capital intelectual de uma empresa será representado pela diferença entre o valor contábil e o valor de mercado da empresa. Se o valor de mercado de uma companhia é 10 bilhões de dólares e seu valor contábil é 5 bilhões de dólares, então os 5 bilhões residuais representam o valor dos ativos intangíveis (ou ativos intelectuais) da companhia.

Entretanto, assim como acontece com outras medições, quanto mais simples o cálculo, menos provavelmente ele captará as complexidades do mundo real. Em adição, o modelo contábil atual não tenta avaliar uma empresa em sua totalidade. Em vez disso, ele registra cada um de seus ativos por uma quantia apropriada aos padrões nacionais ou internacionais sob os quais as demonstrações contábeis foram

preparadas (por ex: custo histórico, custo histórico atualizado, valor de reposição, etc...).

O mercado, no entanto, avalia uma companhia em sua totalidade como uma preocupação corrente na sua estratégia. Pode-se argumentar então que a diferença entre essas duas formas de avaliação pode ser definida como sendo o capital intelectual da empresa. Esse valor ficará sujeito a variações no seu valor contábil, no seu preço atual de realização e em várias outras imperfeições que possam existir em avaliações feitas pelo mercado.

No entanto, deve ser reconhecido que, se estamos definindo o capital intelectual desta forma, então estamos falando sobre um agregado, incluindo a diferença entre ativos registrados e a avaliação de mercado da empresa.

Cálculos de capital intelectual que utilizam a diferença entre valor de mercado e valor contábil podem também sofrer de imprecisão porque os valores contábeis podem sofrer impacto se as empresas escolhem adotar, ou se exige que elas adotem, taxas de depreciação diferenciadas, com a finalidade de se beneficiarem com a redução de impostos.

B) "*q*" de Tobin: Uma maneira de se evitar o problema de taxa de depreciação quando se compara o capital intelectual entre empresas é utilizar o "*q*" de Tobin. Esta técnica foi inicialmente desenvolvida pelo economista ganhador do Prêmio Nobel, James Tobin, como um método para prever o comportamento dos investimentos.

Ele utiliza o valor dos custos de reposição dos ativos de uma empresa para prever as decisões de investimento da empresa, independentemente das taxas de juros. O "*q*" é a proporção entre o valor de mercado da empresa (ou seja, preço da ação multiplicado pelo número de ações) — tipicamente mensurado com o propósito de identificar a verdadeira possibilidade de capitalização da empresa —, e o custo de reposição de seus ativos, incluindo os equipamentos, as máquinas, os edifícios, e demais ativos relacionados com o seu processo de produção e de administração.

Esses dois números são comparados de forma a auxiliar na tomada de decisões estratégicas pelas empresas. Se o primeiro número na razão excede o segundo (nesse caso o "q" seria maior que 1), a empresa deveria logicamente planejar uma expansão de seus negócios. Isso acontece porque os lucros esperados resultantes dos ativos ultrapassa o custo total dos ativos.

Em contraste, se o segundo número na razão é maior que o primeiro (nesse caso o "q" seria menor que 1), as ações da empresa valem menos que os próprios ativos, e a empresa se beneficiará ao se desmobilizar. Isso acontece quando os ativos são vendidos ao invés de serem utilizados.

O "q" de Tobin sugere que as empresas devem investir ou se desmobilizar incrementalmente até que o "q" seja aproximadamente igual a 1.

Se o custo de reposição dos ativos de uma empresa é mais baixo que o valor de mercado, então a companhia está tendo retornos mais altos que o normal sobre seus investimentos. No entanto, o "q" de Tobin está sujeito às mesmas variáveis exógenas que influenciam o valor de mercado das ações, descrito no item A.

Ambos os métodos são mais apropriados para se fazer comparações do valor dos ativos intangíveis de empresas atuando no mesmo ramo, servindo os mesmos mercados e que têm tipos similares de ativos físicos. Ao fazer comparações intra-indústria entre os competidores primários de uma empresa, esses indicadores podem agir como parâmetros de desempenho e podem ser utilizados para melhorar o gerenciamento interno ou a estratégia corporativa da empresa.

Flamholtz (1999) complementa, afirmando que Tobin desenvolveu essa teoria de comportamento do investimento partindo do pressuposto de que as empresas vão continuar a investir enquanto o valor de suas ações no mercado excedam o custo de reposição integral dos ativos físicos da empresa.

Em resumo, Flamholtz (1999) constatou que Tobin argumentou que um dos fatores primários que determinam se haverá ou não investimento em uma empresa não é a taxa de juros, mas o preço das ações no mercado relativo ao valor total de seu imobilizado e outros ativos. Assim, quando o "q" de Tobin é alto (como quando está ocorrendo uma explosão no preço das ações) o investimento é alto e o valor correspondente de mercado é alto. Essa medida também tem sido utilizada por

analistas econômicos e financeiros para determinar se o mercado de ações como um todo está sobre-valorizado ou sub-valorizado.

Na verdade, alguns estrategistas do mercado de ações citaram a razão “q” extremamente alta como base para o julgamento de que o mercado de ações norte-americano estava sobre-valorizado em 1994, antes da contínua elevação nos preços das ações entre 1995 e 1998.

O problema é que a razão foi derivada de um paradigma da era industrial, na qual o capital humano e a propriedade industrial não tinham um papel tão crítico.

Flamholtz (1999) enfatiza que enquanto o “q” de Tobin estava dando um falso sinal de desvalorização, os preços das ações de companhias como Intel, Microsoft, Amgen e muitas outras, estavam se valorizando.

Para ilustrar as distorções causadas quando mensurações como o “q” de Tobin são utilizadas, identificamos dois tipos de organizações:

- as companhias “clássicas” baseadas em manufatura, que contam com ativos físicos, tais como edificações, equipamentos e estoques, como seus ativos econômicos centrais; e
- (2) as organizações “modernas” com utilização intensiva de conhecimento, que contam com o capital humano e a propriedade intelectual como seus ativos econômicos centrais.

## 5 METODOLOGIA DE PESQUISA

### 5.1 TIPOS DE PESQUISA

Vários autores apresentam abordagens diferenciadas sobre metodologia de pesquisa, incluindo diversas tipologias de delineamento de pesquisas e teorias que, apesar de manterem algumas semelhanças, não apresentam uniformidade entre si.

Neste sentido, é interessante o trabalho de Beuren (2003) que, após uma análise das tipologias de delineamento de pesquisa abordadas por diversos autores e considerando as particularidades da contabilidade, evidencia como podem ser agrupados os tipos de pesquisa de uma forma melhor aplicável à área das Ciências Contábeis. As categorias de pesquisa apresentadas pela autora são: quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema.

Em consideração aos procedimentos técnicos, este trabalho enquadra-se como uma pesquisa bibliográfica, pois expõe uma idéia por meio de materiais já publicados. Conforme Lakatos e Marconi (1991, p.183), a pesquisa bibliográfica “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses [...]”. E ainda salientam que essa forma de pesquisa “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

A pesquisa é uma atividade voltada para solução de problemas através do emprego de processo científicos, como exemplifica Cervo & Bervian (1983). Desta forma, a pesquisa deve partir de uma dúvida ou problema em busca de uma resposta ou solução.

Segundo Cervo & Bervian (1983), a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em Ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características (CERVO & BERVIAN, 1983).

Conforme Cervo & Bervian (1983), a pesquisa descritiva pode assumir diversas formas, entre as quais se destacam:

- Estudos exploratórios: é o passo no processo de pesquisa pela experiência auxílio que traz na formulação de hipóteses significativas para posteriores pesquisas. Tais estudos têm por objetivo obter nova percepção do mesmo e descobrir novas idéias;
- Estudos descritivos: trata-se do estudo e descrição das características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada;
- Pesquisa de opinião: procuram-se saber atitudes, pontos de vista e preferências que as pessoas têm a respeito de algum assunto, com o objetivo de tomar decisões;
- Pesquisa de motivação: busca saber as razões inconscientes e ocultas que levam, por exemplo, o consumidor a utilizar determinado produto ou que determinam certos comportamentos e atitudes;
- Estudo de caso: é a pesquisa sobre um determinado indivíduo família, grupo ou comunidade para examinar aspectos variados de sua vida;
- Pesquisa documental: são investigados documentos a fim de se poder descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características, ou seja, a pesquisa descritiva trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade.

Já a pesquisa Experimental é responsável por manipular as variáveis relacionadas com objeto de estudo. A pesquisa proporciona o estudo da relação entre causas e efeitos de um determinado fenômeno. Contudo, a pesquisa experimental difere da pesquisa descritiva em que esta procura classificar, explicar e interpretar os fenômenos que ocorrem quanto à experimental elabora-se sobre o modo ou causas do fenômeno produzido (CERVO & BERVIAN, 1983).

Entretanto, a pesquisa descritiva e experimental percorre diversas fases da pesquisa bibliográfica na primeira parte e, na segunda parte, apresentam algumas características próprias. A qual pretende adaptar o passo da pesquisa descritiva e

experimental às fases da pesquisa bibliográfica cuja poderá servir de orientação para execução do trabalho (CERVO & BERVIAN, 1983).

## 5.2 MÉTODOS

Para servís de introdução “método e métodos” citado pro Schopenhauer efetuado por Madeleine Grawitz (1975), ou seja, o que os autores exemplificam que a tarefa não é contemplar o que ninguém ainda contemplou, mas meditar, como ninguém meditou, sobre o que todo mundo tem diante dos olhos (LAKATOS & MARCONI, 2000).

### 5.2.1 Abordagem do problema

Sob o ponto de vista da abordagem do problema, um estudo pode ter uma abordagem qualitativa ou quantitativa. Entende-se que a pesquisa em questão tem caráter qualitativo uma vez que não emprega nenhum tipo de instrumento estatístico para coleta e tratamento de dados. Beuren (2009, p.92) caracteriza a tipologia qualitativa de forma a confirmar esta como característica metodológica da pesquisa em questão:

Na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último. [...] Na abordagem qualitativa, não se pretende numerar ou medir unidade ou categorias homogêneas.

### 5.2.2 Quanto à abordagem do problema

Segundo Beuren (2009), esta categoria está relacionada ao objetivo estabelecido no trabalho monográfico. Nela a pesquisa pode ser definida como: exploratória, descritiva ou explicativa.

O trabalho em questão tem objetivos descritivos uma vez que se preocupam em observar fatos, identificando e analisando-os, sem qualquer manipulação do pesquisador. Ou seja, as informações relevantes para a pesquisa contidas nos.

Na concepção de Gil (1999), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados.

Apesar de tratar-se de um assunto de grande atualidade a pesquisa não pode caracterizar-se como exploratória, pois não há pouco conhecimento em relação ao tema, nem mesmo este é pouco explorado.

A pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda. "Vários estudos utilizam a pesquisa descritiva para análise e descrição de problemas de pesquisa na área contábil. Podem ser questões, por exemplo, relacionadas às características próprias da profissão contábil em instrumentos contábeis utilizados na gestão das organizações. Nesse tipo de pesquisa, normalmente ocorre emprego de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais sofisticadas." (BEUREN, 2009, p.81).

### 5.2.3 Quanto aos procedimentos da pesquisa

De acordo com Beuren [2009:65-89] "Os procedimentos na pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtém os dados." Assim, quanto aos procedimentos, conforme a autora, pode-se enquadrar o presente estudo como uma pesquisa documental uma vez que baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.



## 6 CONCLUSÃO

As micro e pequenas empresas representam 99% da nossa malha empresarial nacional. Com as constantes mudanças e aumentos na competitividade entre essas empresas, é cada vez mais necessário uma política especializada de gestão. Muitos empresários defendem que o principal motivo para o fechamento de suas empresas seria a instabilidade econômica; dificuldade para aquisição de financiamentos, juros altos, queda do poder aquisitivo, etc.

Sem dúvidas esse é um motivo de bastante relevância neste ciclo de encerramento das atividades das empresas, mas não é o principal. Em recentes pesquisas realizadas pelo Sebrae, constatou-se que o principal motivo para o encerramento das atividades das micro e pequenas empresas no Brasil é a falta de planejamento, tanto financeiro como estratégico.

A contabilidade se firma como instrumento auxiliar no processo de gestão, procurando mensurar o conhecimento agregado ao patrimônio das entidades, que se definiu como Capital Intelectual.

É a gestão do conhecimento, e o que hoje se designa capital intelectual, ou seja, uma combinação de ativos intangíveis – competências, informações estratégicas, relacionamentos, patentes, propriedade intelectual, experiências -, que trazem benefícios qualitativos e quantitativos, resultado das grandes mudanças nas áreas da tecnologia da informação e das telecomunicações.

Admitir o Conhecimento como recurso econômico impõe novos paradigmas na forma de valorizar o ser humano e na forma de valorizar uma organização, pois gera benefícios intangíveis que alteram seu patrimônio.

A mensuração e divulgação do capital intelectual melhoram a imagem e atraem novos investimentos.

Compete, portanto, sobretudo aos profissionais contábeis, a demarcação desses paradigmas de mensuração, abastecendo seus usuários micro e pequeno empresários, de informações e conceitos proveitosos, claros e concisos, que muito será empregado pelo o administrador dos tempos atuais.

Esses dados, portanto, sendo coerentes com o fato de os profissionais de empresas e pequeno porte perceberem os segmentos regulatório, econômico e sócio-cultural como menos importante e volátil do que os de grandes empresas.

Portanto, torna-se necessário que os profissionais contábeis, juntamente com os administradores, saibam identificar, mensurar e capturar o capital intelectual, antes tão ignorado.

A informação é fundamental para qualquer pessoa e empresa, é a informação que permite o conhecimento a cerca de fatos que possam auxiliar o empreendedor na hora de sua tomada de decisão.

A tomada de decisão é um fator que pode definir a continuidade ou não da empresa.

Estabelecendo sua estratégia, e seguindo a risca os planos determinados, o empresário possivelmente obterá sucesso, basta ter cuidado com os empecilhos existentes na área empresarial.

## REFERÊNCIAS

ANSOFF, H. I.; McDONNELL, E. **Implantando a administração estratégica**. São Paulo: Atlas, 1983.

BATISTA, E. O. **Sistemas de Informação: O uso consciente da tecnologia para o conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BASSI, Laurie. **Human capital advantage: developing metrics for the knowledge era**. Jan./fev.2000. In: LINE ZINE. Disponível em: <http://www.linezine.com/4.2/articles/lbhca.htm>> Acesso em 20 mar. 2003 e 26 apr.2011.

BATISTA, Edite Reis. **Uma contribuição do plano de negócios às micro e pequenas empresas**. Monografia. UFPR. Curitiba – PR, 2007.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1975;

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BROOKING, Annie. **Intellectual capital: core asset for the third millennium enterprise**. London: Thomson, 1996.

CATELLI, Armando. **Controladoria. Uma Abordagem da Gestão Econômica GECON**. São Paulo: Atlas, 2001.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHANDLER, A., 1962, *Strategy and Structure*, MIT Press, Cambridge, MA

CHIAVENATO, I. **Administração: Teoria, Processo e Prática**. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DZINKOWSKI, Ramona. **The Measurement and Management of Intellectual Capital: An Introduction**. Trabalho comissionado pela International Federation of Accountants. Publicado em 1998. Disponível em <http://www.dzinkowski.com>

//ciberconta.unizar.es/ftp/pub/docs/IntellCapital\_IFAC. Acesso em 13 de maio de 2003.

\_\_\_\_\_. **The Measurement and Management of Intellectual Capital: An Introduction Management Accounting**, Volume 78, Issue 2, February 2000, pp 32-36.

EDVINSSON, Leif; MALONE, Michael S. **Capital intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos**. São Paulo: Makron, 1998.

FACCI e MORIBE, A.M. **Bases Conceituais para Implantação de um Sistema de Informação Contábil**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília. Período 11/12/2003, nº. 144.

FILHO, J. M. D. **A Linguagem Utilizada na Evidenciação Contábil: análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação**. Cadernos de Estudos: São Paulo: FEZ/USP/FIPECAFI, 2000.

FLAMNHOLT, Eric G. **Human resource accounting: advances in concepts, methods, and applications**. Third edition, 1999, Kluwer Academic Publishers, Boston, USA.

FLAMHOLTZ, Eric G. & LACEY, John M. **Personnel Management, Human Capital Theory and Human Resource Accounting**. Los Angeles, Institute of Industrial Relations, 1981.

FLAMHOLTZ, Eric G. **Human Resource Accounting**. San Francisco, Jossey Bass, 1985.

FRENKEL, Jacob. **Mercado farmacêutico brasileiro: a sua evolução recente**. Mercado e Preços. Campinas: Unicamp, 1999.

GOLIN, SARA J.; **O grau de satisfação dos empresários das micro e pequenas empresas da cidade de Cascavel, associados à Amic, com as informações contábeis fornecidas pelo profissional da contabilidade**. Monografia. Unioeste. Cascavel – PR, 2008.

GRANSTRAND, Ove. **Intellectual Capitalism – An overview**. *Nordic Journal of Political Economy*, v. 25 p. 115-127, 1999. Disponível em:

HENDRIKSEN, E. S., BREDA, M. F. Van. **Teoria da Contabilidade**: tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo : Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C.; **Introdução à Teoria da Contabilidade – para o nível de graduação**. 3ª ed. São Paulo. Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas 1997;

IUDÍCIBUS, S. de. **Conhecimento, ciência, metodologias científicas e contabilidade**. *Revista Brasileira de contabilidade*. v. 27, n 110, p.60-63, mar/abr. 1998

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEV, B.; SCHARTZ, A. On the use of the economic concept of human capital in financial statements, *Accounting Review*, n.46, p.103-122, jan.1976.

LYNN, Bernadette E. Intellectual capital: Unearthing hidden value by managing intellectual assets. *Ivey Business Journal*. Toronto, jan/feb 2000.

MARTINS, Eliseu. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**. 1972. Tese (Doutorado em Contabilidade)–Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MARTINS, Eliseu (Org). **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Gilberto Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de cursos**. São Paulo: Atlas, 2000.

MCGEE, J; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da Informação: aumente a competitividade e a eficiência da sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MULLER, A.N. **Contabilidade Empresarial**. Aderbal N. Muller ; Antonio Gonçalves de Oliveira, disponível em <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/financas/2.pdf>, acessado em 26/04/2011.

PACHECO, Vicente. **Uma Contribuição ao Estudo da Contabilidade de Recursos Humanos com Enfoque Centrado em Métodos de Mensuração de Ativo Humano**. Dissertação Mestrado, USP. 1996

PACHECO, Vicente. **Mensuração e divulgação do capital intelectual nas demonstrações contábeis: teoria e empiria**. Curitiba: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC-PR), 2005.

PACHECO, Vicente. **A mensuração e divulgação do Capital Intelectual como instrumento de apropriação de inovações tecnológicas na gestão dos negócios**. UFSC – Florianópolis, 2004, 120f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

PADOVEZE, C. L. **Sistemas de Informações Contábeis: fundamentos e análise**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Sistemas de Informações Contábeis: Fundamentos e Análise**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004

PAIVA, W. P. de. **Avaliação das Habilidades para a tomada de decisão em Administração de Empresas: um estudo descritivo com alunos da FEA-USP**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) - FEA- Universidade de São Paulo, 2002.

PARRA, Mercedes García; GUZMÁN, Pep Simó. ; HIERN, Joan Mundet. ; CONESA, Jordi Guzmán. **Activos y Pasivos**. Publicado em la revista Management & Empresa, nº 37 Febrero de 2004. ISSN: 1132-1148, p. 32-42. Disponível em: [www.intangiblecapital.org/Recursos/Articulos/N0/0021-Intangibles Activos%20y%20Pasivos.htm-69k](http://www.intangiblecapital.org/Recursos/Articulos/N0/0021-Intangibles%20Activos%20y%20Pasivos.htm-69k) .Acesso em: 27.abril.2011.

REILLY, R. F.; R.P. SCHWEIHS. **Valuing Intangible Assets**. New York: McGraw-Hill, 1999.

Rev. FAE, Curitiba, v.7, n.1, p.87-87, jan./jun. 2004 |87 Revista da FAE

ROMANO, R. & BERNARDO, P. J. B. **Padrões de Regulação de Preços do Mercado de Medicamentos**. In NEGRI, B. & DI GIOVANNI, G. (Orgs.). Brasil: Radiografia da Saúde. São Paulo: UNICAMP - Instituto de Economia, 2001.

ROSLENDER, R.; FINCHAM, R. **"Thinking critically about intellectual capital accounting"**. Accounting, Auditing & Accountability Journal. Vol. 14. No. 4, 2001. pp. 383-398.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **Avaliação de ativos intangíveis**. São Paulo:Atlas, 2002.

SCHERER, LUCIANO. **Atual estágio da contabilização de ativos intangíveis no mercado norte-americano**.  
[http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista\\_da\\_fae/fae\\_v7\\_n1/rev\\_fae\\_v7\\_n1\\_06\\_marcia.pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v7_n1/rev_fae_v7_n1_06_marcia.pdf). Acesso em 26/04/2011.

STAIR, R.. **Princípios de Sistema de Informação: Uma abordagem gerencial**. Rio de Janeiro : LTC, 1998.

STEWART, Thomas A. **Capital Intelectual – A nova vantagem competitiva das empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

STEWART, Thomas. Accounting for Your People. *Innovation*, oct. 1999, p. 46 – 55.

SULLIVAN, Patrick H. **Value-driven Intellectual Capital; How to convert Intangible Corporate Assets into Market Value**. Wiley, 2000.

TINOCO, J.E.P. **Balanço Social — Uma Abordagem Sócio-Econômica da Contabilidade**. Dissertação de Mestrado, USP-FEA-DCA.2003.

TURBAN, E., RAINER, K., POTTER, R.. **Introdução a sistemas de informação – uma abordagem gerencial**. Rio de Janeiro: Elsevier / Campus, 2007.

VIEGAS, Hugo Roberto. **Capital intelectual: Avaliação, mensuração e estudo de caso**. Monografia. UFPR. Curitiba – PR, 2009.